

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVIDENCIAÇÃO, MENSURAÇÃO E
REGISTROS CONTÁBEIS**

Autora: Dhienifer Tharla de Oliveira

Orientador: Me. Wilson Antunes de Amorim

JUÍNA-MT

2015

**AJES- FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVIDENCIAÇÃO, MENSURAÇÃO E
REGISTROS CONTÁBEIS**

Autora: Dhienifer Tharla de Oliveira

Orientador: Me. Wilson Antunes de Amorim

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

JUÍNA-MT

2015

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Lucas Lecci

Profº. Me. Wagner Smerman

Orientador
Profº. Me. Wilson Antunes Amorim

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois foi ele quem me edificou me dando força e determinação para a realização deste trabalho. Dedico aos meus pais que foram os meus maiores incentivadores para que este objetivo fosse concluído em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter concluído este trabalho. Por Deus ter me dado direção, sabedoria e força durante todo o tempo dedicado a este trabalho, pois sem Deus não teria conseguido alcançar mais um dos meus objetivos em minha vida, somente a ele toda honra, toda Glória e todo louvor, pois sem ele nada sou.

Agradeço em especial aos meus pais Sônia Regina de Oliveira e Nercival Vales de Oliveira, pois sem o apoio deles não teria conseguido realizar mais este sonho em minha vida, por terem me apoiado nesta trajetória de 04 anos de faculdade, me incentivando todo este momento, não me deixando jamais a desistir dos meus sonhos.

Agradeço ao meu irmão Thiago Vales de Oliveira, a minha avó Cleuza Dalto Moreira e a minha família que estiveram ao meu lado neste momento da minha vida. Também agradeço ao meu Avô Homero Fernandes Moreira que não está mais entre nós neste momento tão especial pra mim, mais eu sei que se ele estivesse aqui estaria muito orgulhoso de mim, por ver um dos meus sonhos alcançado.

Agradeço a minha amiga Renata Ksiosek de Souza que esteve desde o início desta jornada ao meu lado, sou muito grata a Deus por ter colocado você em minha vida por poder compartilhar uma com a outra os momentos de dificuldades e de glória, não somente por fazer parte da minha vida nós momentos de estudos mais também em minha vida particular.

Agradeço também as minhas amigas Danyelly Sampaio Pinto, Edilene Teixeira de Souza Jung, Priscila Maran Gualharini, Rayanne Talevi e Rosiany Dias de Oliveira, que Deus as colocou no meio desta caminhada que fizeram toda a diferença nesta trajetória nos momentos de risos, alegrias, desesperos, estresse.

Agradeço as minhas colegas de trabalho, por sempre estarem à disposição para me ajudar em minhas dúvidas, por terem a paciência de me ensinar, por me transmitirem os seus conhecimentos que são de grande valor e também por me incentivar a sempre a buscar o conhecimento, me ensinando a dedicar sempre o melhor de mim.

Agradeço ao meu orientador Wilson Antunes de Amorim, por ter me acompanhado em mais esta etapa da faculdade, pela paciência que teve comigo durante este tempo de realização de estudos para a conclusão desta monografia, pelos conhecimentos transmitidos a mim. Agradeço a ele pelo incentivo de buscar sempre o melhor, a dedicação, o apoio na realização deste trabalho.

Agradeço também a todos os demais professores que tiveram passagem durante este período de faculdade, proporcionando o conhecimento e que, além disso, incentivaram e motivaram a sempre seguir em frente.

Agradeço as empresas que colaboraram comigo neste trabalho fornecendo informações sobre suas empresas para a realização da minha pesquisa.

Agradeço a todos que de uma forma direta ou indiretamente contribuíram com o seu conhecimento no decorrer desta caminhada, deixo aqui a todos o meu muito obrigado e que Deus abençoe a vida de cada um.

EPÍGRAFE

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

Este trabalho aborda o tema contabilidade ambiental, sendo um dos assuntos mais discutidos nos dias atuais pois sua área de atuação consiste nos atos e fatos realizados diretamente ao meio ambiente. Com a ação do homem diante da natureza durante todos estes acarretaram diversos problemas que esta sendo vivenciando nos dias de hoje, como à falta de água, perda de espécies pertencentes à fauna e a flora causando grande desencadeamento na natureza, assim levando estas entidades á começarem uma correria contra o tempo para reparar esses danos por elas causados, como desmatamento, poluição, entre outros. Também por pressão da sociedade estas empresas começaram a tomar iniciativas de recuperação desses impactos ocasionados. Diante desta abordagem, procurou-se apresentar de forma clara, como é realizada à evidenciação, mensuração e registros contábeis dos atos e fatos ligados à questão ambiental, efetuados por entidades localizadas na cidade de Juína-MT, que contenham pelo seu ramo de atividade ligação direta com o meio ambiente. Dentro da delimitação desta pesquisa, foram apresentados os resultados obtidos neste trabalho com a realização da pesquisa as entidades selecionadas, que estão apresentadas de forma compreensível, expondo através das informações fornecidas pelas mesmas, a realidade das empresas com relação as suas atividades exercidas e o meio ambiente.

Palavra-Chave: Contabilidade Ambiental, Evidenciação, Mensuração e Registros Contábeis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ativo Circulante/Estoque Ambiental	39
Quadro 2: Contabilização do Ativo Permanente/Investimento Ambiental.	39
Quadro 3: Contabilização do ativo permanente/Investimento Ambiental.	39
Quadro 4: Contabilização do Ativo permanente/Imobilizado Ambiental.	40
Quadro 5: Contabilização do Ativo permanente/Imobilizado Ambiental.	40
Quadro 6: Contabilização do Ativo Permanente/ Intangível Ambiental.	40
Quadro 7: Contabilização do ativo permanente/ Depreciação, Amortização e exaustão acumulada ambiental.	41
Quadro 8: Contabilização do Passivo circulante/ Fornecedores.....	44
Quadro 9: Contabilização do Passivo circulante/ Provisão Ambiental.	44
Quadro 10: Contabilização do Passivo circulante/ Provisão Ambiental.	45
Quadro 11: Proposta de lançamento para Passivo circulante/ Degradação Ambiental. .	45
Quadro 12: Contabilização do passivo circulante/ Obrigações Fiscais a pagar.	45
Quadro 13: Contabilização do passivo circulante/ Indenizações ambientais a pagar.	46
Quadro 14: Contabilização do passivo circulante/ Indenizações ambientais a pagar.	46
Quadro 15: Contabilização dos custos ambientais.	48
Quadro 16: Contabilização das Despesas Ambientais.	50
Quadro 17: Contabilização das Despesas Ambientais.	50
Quadro 18: Contabilização das Receitas Ambientais.	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Modelo de Balanço Social IBASE.	67
Tabela 2: Demonstração do resultado do exercício em termos ambientais.	71
Tabela 3: Dados da aplicação do questionário.....	76
Tabela 4: Dados Gerais da cidade de Juína-MT	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo.....	84
Gráfico 2: Idade.....	84
Gráfico 3: Cargo exercido pelos Participantes da Pesquisa	85
Gráfico 4: Tempo de exercício de sua atividade na empresa	86
Gráfico 5: Ramo de Atividade da Empresa	86
Gráfico 6: Tempo de existência da empresa	87
Gráfico 7: Número de Funcionários	87
Gráfico 8: Enquadramento tributário.....	88
Gráfico 9: Realização da Evidenciação de atos e fatos contábeis	88
Gráfico 10: Mensuração dos Impactos Ambientais	89
Gráfico 11: Registro Contábil dos Atos e Fatos Ambientais, Mensuração e Evidenciação	90
Gráfico 12: Consciência Ambiental	91
Gráfico 13: Programas de recuperação do meio ambiente.....	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Usuários da informação contábil.....	26
Figura 2: A contabilidade de custos como um processador de informações.....	28
Figura 3: Agentes que têm levado as empresas a evidenciarem a contabilidade informações ambientais.....	31
Figura 4: Processo decisório na gestão ambiental.	55
Figura 5: Impacto ambiental e seus agentes envolvidos.	57
Figura 6: <i>Workflow</i> de dados e informações no SICA.....	72

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Tribo Enawenê-nawê em ritual de pesca década de 80.	79
Ilustração 2: Plantio de Café, Juína-MT (2014).	80
Ilustração 3: Castanha, Juína-MT (2013).	80
Ilustração 4: Extração de Diamantes.	80
Ilustração 5: Projeto de Colonização de Juína em 1977	81
Ilustração 6: Juína-MT em 2015.	81

LISTA DE ABREVIATURAS

CEBDS	CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CMV	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
CODEMAT	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
IBASE	INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAL E ECONOMIA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IBRACON	INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
NBC	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
OCPC	COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PNUMA	COMITÊ BRASILEIRO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
SUDECO	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE
TRF	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 Problematização de Pesquisa	17
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivo Especifico.....	17
1.3 Delimitação da Pesquisa	18
1.4 Justificativa.....	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 Contabilidade: Contextualização e História.....	19
2.1.1 A Contabilidade e Suas Ramificações	20
2.1.1.1 Contabilidade Social.....	20
2.1.1.2 Contabilidade Pública	21
2.1.1.3 Contabilidade Comercial	22
2.1.1.4 Contabilidade Gerencial	23
2.1.1.5 Contabilidade Financeira	24
2.1.1.6 Contabilidade de Custos	26
2.2 Contabilidade Ambiental: Contextualização e História.....	28
2.3 Avaliação do Impacto Ambiental (AIA)	32
2.4 Danos Ambientais	34
2.5 Contas Patrimoniais	35
2.5.1 Ativos Ambientais	35
2.5.1.1 Contabilização dos Ativos Ambientais	38
2.5.2 Passivos ambientais.....	41
2.5.2.1 Contabilização dos Passivos Ambientais	44
2.5.3 Custos Ambientais.....	46
2.5.3.1 Contabilização dos Custos Ambientais.....	48
2.5.4 Despesas Ambientais.....	48
2.5.4.1 Contabilização das Despesas Ambientais	50
2.5.5 Receitas Ambientais	51
2.5.5.1 Contabilização das Receitas Ambientais	51
2.5.6 Perdas ambientais	52
2.6 Gestão Ambiental.....	52
2.7 Evidenciação.....	58

2.7.1 Relatórios Administrativos.....	60
2.7.2 Notas Explicativas	61
2.8 Mensuração	62
2.8.1 Balanço Social.....	63
2.8.2 Balanço Ambiental	68
2.8.3 Demonstração de Valor Adicionado (DVA)	69
2.8.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	70
2.9 Sistema de Informação da Contabilidade ambiental (SICA)	71
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	73
3.1 Quanto aos fins.....	73
3.1.1 Pesquisa Descritiva.....	73
3.2 Quanto aos meios	74
3.2.1 Pesquisa Bibliográfica.....	74
3.2.2 Pesquisa de Campo	75
3.3 Quanto à abordagem do problema.....	78
3.3.1 Pesquisa Qualitativa.....	78
4. PESQUISA DE CAMPO	79
4.1 Histórico de Juína-MT	79
4.1.2 Dados gerais de Juína-MT.....	82
4.2 Análises do Questionário.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A- Questionário	103

INTRODUÇÃO

A ação do homem sobre o meio ambiente desde a revolução industrial, ocasionando um crescimento acelerado da economia, fazendo com que diversas empresas investissem cada vez mais no mercado, criando novos produtos, investindo na abertura de novas empresas, isso fez com que o homem apenas pensasse na sua ambição pelo dinheiro, sem se preocupar com o que poderia acontecer sobre a agressão que estavam cometendo com o meio ambiente, assim gerando o desmatamento, a extração de recursos naturais, a contaminação do solo, etc.

Esses atos originarão vários problemas a humanidade, desafiando até mesmo a sobrevivência das pessoas, com todos estes fatos acontecendo levou-se com que o homem parasse e revesse suas ações feitas e procurassem saídas para reverter essa situação, para que o mundo não sofresse mais sérios problemas do qual já se está vivenciando. As empresas com todos estes acontecimentos começaram a se conscientizar e a desenvolver ações alternativas que diminuísse esses danos ao meio ambiente.

Na região de Juína-MT diversas empresas realizam atividades que contém contato direto com o meio ambiente na extração de riquezas naturais, trazendo assim danos ao meio ambiente, um dos principais danos encontrados no meio ambiente são os desmatamentos, que é a extração da madeiras ocasionando com isto diversas perdas para o meio ambiente afetando a fauna e flora existentes nessas áreas exploradas.

Foram apresentadas diversas etapas onde estas entidades devem estar atentas para ser realizada a evidenciação, mensuração dos atos e fatos ambientais, como devem agir diante dos impactos ambientais causados pelas atividades destas empresas, onde os mesmos devem estar realizando despesas e custos com a proteção, conservação e a recuperação destas áreas degradadas, propondo também apresentar o grau de preocupação com a qual estas entidades exercem diante do meio ambiente.

Através deste trabalho será apresentado como a contabilidade ambiental é considerada de principal importância à sua aplicação dentro das empresas que possuem atividades que agredem diretamente ao meio ambiente. A ação do homem e de empresas que por suas atividades vieram ocasionando a degradação ao meio ambiente durante todos esses anos até o tempo de hoje como: desmatamento, poluição do ar, poluição da água, entre outros.

1.1 Problematização de Pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 222), a formulação do problema vincula-se ao tema nomeado, ela esclarece o problema específico com a qual se enfrenta e que se almeja resolver por intermédio da pesquisa.

Como são feitas a evidenciação, mensuração e os registros contábeis dos atos e fatos relacionados à questão ambientais, em empresas com localizadas na cidade de Juína-MT?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Para Marconi e Lakatos (2005, p. 221), o objetivo geral está ligado a uma visão plena e abrangente do tema, de modo em que é relacionado com o conteúdo essencial os fatos e acontecimentos dos conceitos analisados, vincula-se diretamente a própria significação do tema proposto por este trabalho.

Identificar nas empresas que por suas atividades agredem o meio ambiente, como estas efetuam a evidenciação, mensuração e registros contábeis dos danos ambientais, seus custos e projetos de proteção e conservação ao meio ambiente.

1.2.2 Objetivo Específico

Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 221), os objetivos específicos exibem caráter mais concreto, tem por desempenho intermediário e instrumental, permitindo de um lado atingir o objetivo geral e do outro lado cultivar as ocasiões particulares.

- Pesquisar e discorrer sobre a contabilidade ambiental e gestão ambiental em consonância com as teorias já publicadas que visam sobre o assunto;
- Discorrer sobre evidenciação e mensuração contábil;
- Descrever sobre fatos de registros contábeis da evidenciação e mensuração de fatos vinculados a contabilidade ambiental;
- Realizar uma pesquisa de campo junto a empresas que para suas atividades causam danos ao meio ambiente, buscando verificar como antes efetuar a evidenciação, mensuração e os registros contábeis dos atos e fatos voltados às questões ambientais.

1.3 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em entidades localizadas no município de Juína-MT, com as quais seu ramo de atividade contém ligação direta com o meio ambiente, como Madeireiras, Frigoríficos e Olarias, de modo que a realização de suas atividades contém contato direto com o meio ambiente.

A delimitação da pesquisa foi com relação aos dados que foram demonstrados na empresa quanto à evidenciação e mensuração das degradações por ela efetuada, e a outra delimitação foi o que estas entidades estão preocupadas com agressão ao meio ambiente, e o quanto é investido para a recuperação do meio ambiente.

1.4 Justificativa

A importância de realizar este trabalho tem como intenção demonstrar a importância que este tema traz para a sociedade, obter conhecimento sobre o assunto como acadêmico e crescimento profissional da área da contabilidade, estar contribuindo com as empresas pesquisadas também fornecendo este trabalho para as demais empresas e para que outros acadêmicos possam estar utilizando este trabalho como fonte de pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade: Contextualização e História

A contabilidade pode ser encontrada desde muitos séculos a.C., onde o homem primitivo apresentava em seus costumes diários a sua inteligência humana na quantidade e qualidade das coisas antes mesmo de saber a escrever e calcular, historiadores acreditam que este conhecimento tenha sido a primeira forma racional de inteligência do homem.

Não se conhece o inventor desse procedimento racional de registrar, e, varias hipóteses, alimentam o surgimento do mesmo, como uma forma de ampliarem-se os débitos e créditos de pessoas e coisas, como uma evolução natural difluente do capitalismo, como maneira de controlar complexas operações. (LOPES DE SÁ 2006, p. 23).

De acordo com Iudícibus (2006, p. 34-35), para alguns historiadores a contabilidade teve início a mais de 2.000 anos a.C., quando ainda os homens primitivos demonstravam essa existência da contabilidade na execução de suas atividades diárias.

Desde o principio da civilização é visível a existência da contabilidade, o seu desenvolvimento foi lento ao decorrer dos séculos até a manifestação da moeda aonde os homens exerciam diante a terceiros o ato de negociação a partir de trocas de mercadorias. Com o passar dos anos e com o grande crescimento da civilização, foram sendo realizados aperfeiçoamentos em seu instrumento de avaliação em suas atividades.

A partir do século XIII e XIV foram desenvolvidos os sistemas de registros, denominadas, na visão do autor Iudícibus (2006) por “partidas dobradas”, que era reconhecida por duas contas de forma lógica: quando há uma conta debito também existe uma conta crédito. Os primeiros registros das partidas dobradas foram encontrados nas cidades da Itália, como destaque para Gênova, Florença, Veneza entre outras. A partir deste período houve um grande avanço da contabilidade com relação à atividade mercantil, econômica e cultural no desenvolvimento comercial.

A partida Dobrada se apoia, pois, no principio da adequação, não há duvida, mas, logicamente, ela representa a explicação de origem e de efeito do fenômeno patrimonial, uma igualdade de valor em causa e efeito de um fenômeno patrimonial, uma igualdade de valor em causa e efeito de um fenômeno ou acontecimento havido com a riqueza patrimonial. (LOPES DE SÁ 2006, p. 26).

Relata Hendriksen e Breda (1999, p. 48), que o extenso crescimento do mercado de capitais esteve-se agregado ao surgimento de grandes corporações, levando os Estados Unidos

a viver um imenso desenvolvimento econômico em ritmo acelerado existente até os tempos de hoje. Assim estabelecendo um campo nobre para o avanço das teorias e das práticas contábeis norte-americanas.

É possível ver como na contabilidade com o passar dos anos, os simples registros tornaram-se insuficientes para suprir o alto crescimento de transações no mercado de capitais e por esta razão aconteceu o avanço de técnicas da contabilidade de forma que ficasse mais claro e seguro o fato ocorrido com a riqueza patrimonial das entidades.

Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 9), a contabilidade torna-se importante a medida que há o crescimento econômico. Com as grandes descobertas mercantis e de diversas áreas no campo de conhecimento, a contabilidade passa a ser vista não somente como um processo de escrituração, mas como ciência. Este acontecimento deve-se ao objetivo de entender todas as informações reportadas de forma que as instituições tivessem maior entendimento da essência da riqueza em seus aspectos predominantes.

2.1.1 A Contabilidade e Suas Ramificações

2.1.1.1 Contabilidade Social

Afirma Montoro Filho (1994, p. 15), que a contabilidade social trata-se de armazenar e quantificar os consolidados a macroeconomia com uma forma lógica, desta maneira com o qual tem como foco a preparação de seus sistemas de contas nacionais, que tem por desígnio apresentar a economia do país. A contabilidade nacional busca reportar como critério econômico extenso de seus fluxos ligados a produção, consumo, geração de renda, acumulação e negociações com o comércio exterior.

Tende-se assim, em resumo, que a contabilidade social é a parte integrante do conjunto da teoria macroeconômica. O seu conhecimento é fundamental tanto para entender essa teoria como para analisar, empiricamente, os fenômenos macroeconômicos. (MONTORO FILHO 1994, p.15)

O desenvolvimento da contabilidade social foi determinante para o conhecimento macroeconômico e para o avanço econômico, com grande disponibilidade de acesso a dados, desenvolvimento de técnicas e testes a diversas teorias e modelos macroeconômicos, a contabilidade social contribuiu para que grandes suposições apresentadas fossem descartadas, trazendo grande positividade na tomada de decisões, com isso pode-se assegurar o conhecimento e o controle da realidade econômica.

2.1.1.2 Contabilidade Pública

Para Castro e Lima (2007, p. 02), a contabilidade pública é um procedimento contábil utilizado por entidades governamentais formadas por pessoas jurídicas de direito público constituídas pela união, estados, distrito federal e municípios. Essas entidades governamentais apresentam informações amplas e acessíveis à sociedade do patrimônio da entidade e de seus bens, direitos e obrigações contabilizadas conforme os conceitos e princípios das normas contábeis.

Contabilidade pública é a ciência que busca aplicar as técnicas de registros e apurações contábeis respeitando as legislações vigentes. Para Angélico (2006, p. 108) “Contabilidade pública é a disciplina que aplica, na administração pública as técnicas de registros e apurações contábeis em harmonia com as normas gerais do direito financeiro.” A contabilidade voltada para a administração pública tem por objetivo fornecer a seus usuários informações com plena transparência sobre os aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio público, na compreensão dos registros e demonstrações contábeis.

A contabilidade pública tem amparo legal na constituição federal em seu artigo 165 §9º, onde atribui à lei complementar estabelecer as diretrizes e normas para gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, além das condições sobre a melhor alocação dos recursos.

§ 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. (PLANALTO, 1988)

Ressalta Kohama (2008, p. 25), que a contabilidade pública se estende pelo ramo de atividade em que analisa, direciona, controla e demonstra o patrimônio público e suas mutações. Toda esta demonstração é realizada dentro do âmbito das normas legais vigentes, envolvendo os registros efetuados no ato e fatos administrativos. A contabilidade aborda as receitas e despesas ocorridas dentro da administração e execução pertencentes à fazenda pública.

Este ramo de contabilidade é obrigatoriamente efetuada por entidades públicas deve-se registrar, controlar, analisar e evidenciar os fatos de sua situação na arrecadação de receitas e

efetuação de despesas, administrando e preservando os bens pertencentes é confiados à fazenda pública. Todos esses dados devem ressaltar-se em legalidade dos atos da realização orçamentaria, sendo executados de forma em que se possa permitir o acompanhamento da execução orçamentária desde o início de seu desenvolvimento.

Segundo Angélico (2006, p. 107), aplica-se a contabilidade pública nos registros de receitas, despesas e as mutações na execução orçamentaria, apresentando a posição financeira do tesouro sobre as conformidades das normas legais. São avaliados os relatórios dos registros contábeis por contabilistas, administradores e economistas que apresentam o resultado orçamentário evidenciando os bens, direitos e obrigações da entidade pública.

A sociedade nos tempos de hoje está cada vez mais cobrando do setor público os atos e fatos de natureza orçamentaria apresentados, a análise dos dados registrados, coletados e controlados perante os atos que afetam o patrimônio público.

2.1.1.3 Contabilidade Comercial

A contabilidade comercial revela-se através de registros e das demonstrações contábeis apresentadas pelas entidades, onde todos os fatos ocorridos do patrimônio devem ser apresentados de forma clara aonde seu desígnio e fornecer informações a seus usuários sobre a conciliação do patrimônio, suas variantes e o efeito econômicos decorrente de gestão da riqueza aziendas.

De acordo com Franco (1991, p. 13), a contabilidade comercial tem como finalidade estudar, controlar e interpretar os acontecimentos ocorridos no patrimônio das entidades comerciais com o objetivo de fornecer informações perante a composição do patrimônio, apresentado seus registros e demonstrações, suas variantes e resultados obtidos decorrentes da atividade da entidade.

A constituição de entidades comerciais incide-se a conclusão de aplicação da contabilidade comercial, onde todo e qualquer patrimônio seja ele competente a um individuo ou entidade de qualquer ramo de atividade econômica empregada dentro do mercado de capitais, contendo por finalidade a obtenção de receita, as entidades que tem o cumprimento de suas atividades mercantis exercidas por mediação entre seus produtos e consumidores.

A contabilidade Comercial devera ser assim chamada quando os registros e as demonstrações por ela procedidos evidenciarem essas características, que se

consubstanciam na compra e venda de mercadorias, com objetivo de lucro. (FRANCO 1991, p. 13)

Esta operação comercial é exercida com uma ampla rotatividade de necessidades humanas, onde se consegue compreender à natureza basicamente em troca de mercadorias por dinheiro ou a troca de uma mercadoria por outra aonde se expandiu a partir do século XII e XVI, por disposição, precisão e como decorrência de suas descobertas acabaram aumentando sua atividade comercial em níveis abrangidos.

Segundo Iudícibus e Marion (2007, p. 06), a contabilidade comercial compreende as variações qualitativas e quantitativas das entidades, compreendendo a posição econômica e jurídica, apresentando atributos essenciais que compõem a gestão da entidade. Analisando as informações encontradas perante as manifestações dos fatos patrimoniais, seus registros, variáveis e resultados das operações realizadas pela entidade econômica.

Desde modo, pode-se compreender que a contabilidade aplicada ao controle é a análise do patrimônio das entidades comerciais, por fim de fornecer dados sobre os fatos ocorridos em sua composição e variações, elementos positivos e negativos do resultado decorrente da atividade mercantil.

2.1.1.4 Contabilidade Gerencial

Conceituam Warren, Reeve e Fess (2006, p. 03), à contabilidade gerencial agrega informações que são utilizados na condução de operações diárias de uma organização, no plano de operações futuras e no desenvolvimento de táticas de negócios associadas, suas características são influenciadas pelas variáveis necessidades da administração. Nos relatórios apresentados pela contabilidade gerencial é possível visualizar medidas objetivas de operações passadas e futuras para auxiliar seus administradores em sua tomada de decisão.

As informações contábeis apresentadas pela contabilidade gerencial é uma fundamental fonte de condução para uma organização em sua tomada de decisão, está contabilidade não somente auxilia aos administradores a aprimorar seu desempenho, controle e decisões, mas também a todos os stakeholders que compõem uma organização.

Para Iudícibus (1998, p. 21), à contabilidade gerencial de forma mais profunda está voltada única e excepcionalmente para a administração de empresas, busca suprir dados que se façam válidos e eficazes para tomada de decisão do administrador. Para ser realizada a

tomada de decisão do administrador devem ser avaliadas informações ocorridas no passado e no presente, sendo assim estimado o que poderá se incidir futuramente através das avaliações das informações, registros contábeis, entre outros, sejam utilizadas na busca de alternativas nas tomadas de decisões.

A contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre os eventos econômicos da organização. Os sistemas de contabilidade gerencial produzem informações que ajudam funcionários, gerentes e executivos a tomar melhores decisões e aperfeiçoar os processos e o desempenho da organização. (ATKINSON *et al.* 2008, p.36)

A corporação deve proporcionar informações econômicas para ajudar seus funcionários, administradores, gerente para que seja realizada uma avaliação sobre as informações expostas sobre o custo e rentabilidade de seus produtos, serviços, fornecedores e clientes da corporação para ser definida qual a mais perfeita forma de aplicar seus recursos financeiros em suas negociações.

Segundo Padoveze (2010, p. 33), a informação contábil gerencial tem por finalidade facilitar o planejamento, controle, avaliação e desempenho das informações fornecidas para os administradores para a tomada de decisão da organização em suas operações. Os relatórios apresentados auxilia a entidade a planejar desempenho antes do fato para que possam alcançar resultados futuros.

Com a capacidade da contabilidade gerencial em fornecer informações contábeis gerenciais a organização em *feedback* de seu desempenho econômico das decisões realizadas sobre as operações passadas, de forma que seus administradores avaliem os efeitos dessas decisões de foram positivas ou negativas para que a entidade possa melhorar seus resultados sobre as operações futuras estabelecidas para o sucesso da organização.

2.1.1.5 Contabilidade Financeira

Dentro de uma corporação diariamente é preciso ser tomado diversas decisões, de modo que algumas destas decisões acarretam grande importância para seus negócios, fazendo com que após está tomada de decisão sendo ela mal ou bem determinada, designe o futuro de uma empresa. Sendo assim, estás decisões antes de serem tomadas devem ser analisadas e avaliadas, assim não levando está empresa a ser prejudicada futuramente por uma decisão mal tomada, mas sim que está empresa seja bem sucedida.

Para Fahl e Marion (2011, p. 15), é comum nos dias a dia administradores tomarem importantes decisões dentro de suas corporações, à maioria destas decisões são essenciais para que as entidades alcancem sucesso em suas negociações, assim podemos reconhecer que dados corretos contribuem para uma adequada tomada de decisão. Administradores constantemente estão avaliando dentro de suas corporações como, por exemplo: compras se deverão ser adquiridas a longo ou curto prazo, produtos a serem lançados no mercado se trará grande rentabilidade a empresa, sobre redução de custos, estoques, entre outras, que influenciam na vida de uma organização.

Todas as informações coletadas devem ser válidas trazendo assim a corporação maior confiança em suas decisões, fazendo com que as decisões feitas por seus administradores tragam retornos e reconhecimento em suas negociações.

Ressalta Warren, Reeve e Fess, (2006, p. 03), à contabilidade Financeira têm como finalidade exibir resultados das operações e as condições financeiras das entidades conforme os princípios fundamentais da contabilidade. A administração utiliza esses demonstrativos financeiros para conduzir operações presentes e delinear operações futuras analisando resultados já obtidos pela entidade.

As informações apresentadas pela contabilidade financeira em seu procedimento decisório não se resume apenas aos administradores, mas também aos seus usuários podendo ser eles internos ou externos de uma organização, descreve Fahl e Marion (2011, p. 16). Os usuários internos podem ser administradores, funcionários, diretores, entre outros, e os externos que são acionistas, investidores, fornecedores, governos etc., todos fazem parte de um ciclo de investimentos com grande nível de crescimento da organização no mercado.

Pode ser compreendido que toda e qualquer pessoa física ou jurídica que contenha interesse em conhecer e avaliar as informações fornecidas pela contabilidade de uma determinada corporação em seus relatórios contábeis e reconhecidas como um usuário da contabilidade.

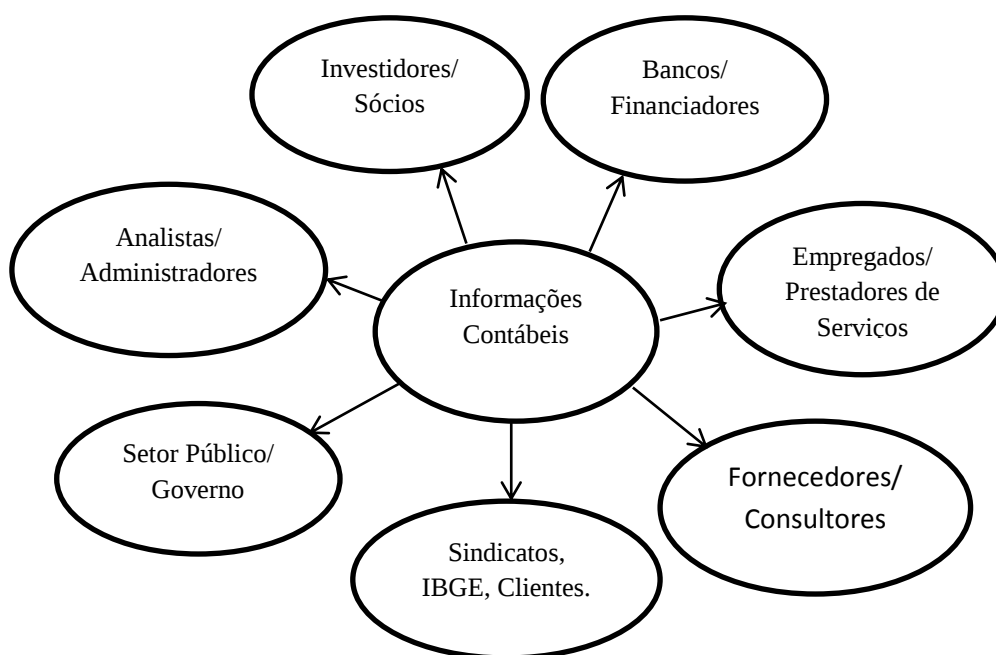


Figura 1: Usuários da informação contábil
Fonte: Adaptado, de Marion (2004, p. 27)

Segundo Stickney e Weil (2001, p. 20), as demonstrações financeiras são preparadas pelas entidades para que vários usuários possam estar utilizando esses dados em suas transações. Desta forma a apresentação dessas informações deve ser verdadeira sobre os fatos ocorridos pela entidade para que seus usuários possam obter um maior entendimento sobre as demonstrações financeiras apresentadas.

Constantemente podemos visualizar entidades com sérios problemas de sobrevivência que consiste em uma má tomada de decisão diante de dados inconfiáveis de uma contabilidade irreal, com consequência de decisões mal tomadas. Por isso existe a necessidade de todas as entidades usarem a contabilidade financeira, pois fornece dados básicos a seus usuários em seus processos decisórios. Vista como um grande instrumento que ajuda os administradores em suas tomadas de decisões, mensurando, registrando os acontecimentos dos fatos das organizações de forma real e verdadeira.

2.1.1.6 Contabilidade de Custos

O surgimento da contabilidade de custos teve-se pela necessidade das corporações em saber sobre o quanto, como, o que e quando produzir, e também a necessidade de controlar os gastos e valores a serem incorporados aos seus produtos no mercado. Com a grande concorrência existente no mercado as entidades tiveram que aplicar a contabilidade de

custos para não haver desperdícios na produção de produtos e assim alcançar seu objetivo de lucratividade.

Para Leone e Leone (2010 p. 05-06), a contabilidade de custos dispõe várias informações de uma entidade, coleta, classifica e registram dados das operações realizadas pela entidade podendo ser dados internos e externos, após organiza, analisa e interpreta esses dados operacionais. A vantagem dessa contabilidade pode ser observada na obtenção de vários tipos de dados operacionais para distintas necessidades gerenciais, demonstrando rentabilidade da entidade e auxilia a administração a planejar, controlar e administrar o crescimento das operações se tornando assim eficaz a tomada de decisões dos administradores responsáveis.

Contabilidade de custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Ela tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões. E voltada para a análise de gastos da entidade no decorrer de suas operações. (CREPALDI 2004, p. 04)

Segundo Martins (2003, p. 21), consiste-se em dois papéis relevantes à contabilidade de custos sendo: o apoio ao controle e a tomada de decisões. O principal motivo da aparição da contabilidade de custos estabeleceu-se com preocupação de resolver seus problemas de mensuração monetária de seus produtos de vendas e estoques, e com resultado pela qual a companhia queria alcançar. Devido ao desenvolvimento das organizações que estava se expandido cada vez mais, a contabilidade de custo foi reconhecida como um instrumento eficaz no desempenho desta nova missão no mercado.

Com o avanço do mercado com o aparecimento de máquinas, fizeram com que a fabricação de produtos aumenta-se com grande escala, o que exigiu com que diversas companhias a adaptarem-se a nova realidade econômica que se estava surgindo.

Descreve Leone (2000, p. 29-30), a utilização da contabilidade de custos abrange diversos tipos de organizações, que podem ser tanto industrial quanto em entidades do setor comercial para contabilizar seus produtos, serviços, etc., são importantes na obtenção de resultados econômicos no mercado atual. Ela ajuda as entidades em suas operações do dia a dia, auxiliando na contenção e redução de custos indiretos de produção, entre outros gastos operacionais desnecessários, fazendo com que seus administradores obtenham resultados mais eficientes e eficazes. A contabilidade de custos na visão de Crepaldi (2004, p. 14):

A contabilidade de custos auxilia na determinação dos custos dos fatores, dos custos dos fatores de produção, dos custos de determinado setor da empresa; no controle e observação dos desperdícios, horas ociosas de trabalho, equipamentos mal utilizados; na quantificação exata da matéria-prima utilizada, entre outros. (CREPALDI 2004, p. 14)

Existe uma grande necessidade das organizações em utilizar a contabilidade de custos bem desenvolvida para poder alcançar seus objetivos dentro do mercado de capitais. A contabilidade de custos esta vinculada a contabilidade gerencial, agindo de forma essencial para o administrador de uma organização. Uma organização deve evidenciar e mensurar os acontecimentos ocorridos, para solucionar problemas deve-se controlar suas operações e os custos de seus produtos produzidos e vendidos. Neste sentido Leone (2000, p. 21), apresenta a contabilidade de custos como uma atividade semelhante a um centro de processamento, conforme a figura 02.

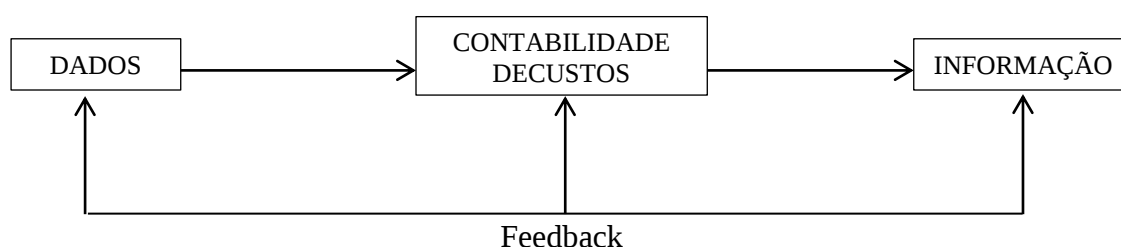


Figura 2: A contabilidade de custos como um processador de informações.

Fonte: Adaptado, Leone (2000, p. 21).

A contabilidade de custos está voltada para a parte econômica interna de uma entidade, de modo em que a produção de bens e a prestação de serviços sejam avaliadas para que se obtenha uma redução de custos e consequentemente esteja aumentando sua receita, assim, levando ao administrador dados em que se possam mesurar os efeitos de medidas para uma tomada de decisão.

2.2 Contabilidade Ambiental: Contextualização e História

Quando se refere ao patrimônio natural, à maioria dos empreendimentos que operam no mercado de capitais contém a sua atividade ligada à riqueza natural, mas em grande parte dessas organizações não eram realizada nenhum registro dos acontecimentos executados por ela, desta forma. Tornando-se omissos com relação ao meio ambiente. Pode-se mencionar como exemplo no Brasil, desde a época de seus colonizadores aos tempos de hoje, as devastações cometidas diante a extração de nossas riquezas naturais fez com que reduzisse o

nível existente de florestas em nosso país, o que originou outras inúmeras séries de perdas com relação ao meio ambiente.

Para Motta e Young (1995, p. 6), é inquestionável que a riqueza patrimonial está plenamente ligada com o meio ambiente, porém esta relação não é apresentada pelas maiorias das entidades em seus registros e demonstrações contábeis o que faz com que estes fatos se tornem omissos aos seus usuários.

Ressalta Ribeiro (2005, p. 45), que a principal causa das entidades não realizarem os registros dos fatos com relação espaço ambientais, incide em um amplo impacto que ao efetuarem estes procedimentos iria ocasionar diante o fluxo de caixa das entidades e, em decorrência sobre os lucros obtidos.

A contabilidade ambiental surgiu com a necessidade de entidades em apresentarem dados adequados às características de uma gestão ambiental. Deve-se ressaltar que a contabilidade ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a especialização da contabilidade tradicional, com o formato de um conjunto de dados adequados à gestão ambiental que relate os termos econômicos e as ações de uma organização.

Ferreira (2003, p. 59), na década de 90, a partir do ECO/92, contadores e institutos de pesquisas, órgãos de governos de diversos países começaram a estudar e a analisar sobre os procedimentos realizados diante ao meio ambiente, em busca de respostas satisfatórias aos gestores, com informações financeiras precisas que os auxilia-se no aprimoramento dos procedimentos e da metodologia contábil, perante a dificuldade deparada na gestão relacionada ao meio ambiente.

A contabilidade ambiental passou a ser implantada a partir do evento organizado pelas Nações Unidas, a II conferência Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento ECO/92. Teve por objetivo estabelecer uma agenda internacional de cooperação (AGENDA 21), a ser exercida ao longo do século XXI, contendo como visão um desenvolvimento sustentável ao planeta.

A ONU-Organização das Nações Unidas um dos órgãos internacionais que possui mais preocupação com a questão ambiental, organizou diversos eventos e pesquisas junto aos seus comitês, como grupo Intergovernamental de especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade, que teve por objetivo debater e aperfeiçoar a área contábil na questão ambiental.

Para Carvalho (2008, p. 111), a contabilidade ambiental é definida como:

Contabilidade Ambiental pode ser definida como o destaque pela ciência aos registros e evidenciações da entidade referentes aos fatos relacionados com o meio ambiente. Não se configura nenhuma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria ou da análise de balanços, mas em uma vertente da contabilidade, a exemplo da contabilidade comercial e industrial, que estuda fatos mais específicos de uma determinada área, no caso, a área ambiental. (CARVALHO 2008, p. 111)

A contabilidade ambiental tem por objetivo identificar, mensurar, e esclarecer os fatos e transações econômicas financeiras de uma corporação que contenha relação pertinente ao meio ambiente quanto à proteção, preservação e recuperação ambiental com vista a evidenciar a situação patrimonial de uma corporação.

Segundo Ribeiro (2005, p. 46-47), “desde 1996 na Dinamarca determina-se por lei a exibição de relatório ambiental das entidades com atividades que impactam o meio ambiente”. O mesmo autor ainda frisa que a Noruega, desde 1989 já determinava das entidades dados com relação ao meio ambiente, mas em 1999 foi decretado à lei de contabilidade ambiental que institui que as entidades informem sobre seu ambiente de trabalho e sua relação com o ambiente externo, deste modo a apresentar principais dados devido ao consumo de matéria-prima, energia, produção, poluição e resíduos etc.

Relata Ferreira (2003, p. 75-77), que no ano de 1995 uma pesquisa feita em 55 países pelo Grupo Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade sobre como a questão ambiental, era abordada nesses países em seus aspectos legais e contábeis, que obteve resultados que confirma a insipiência da abordagem. Na Bulgária desde 1992, a contabilidade ambiental faz parte das entidades em apresentações de relatórios oficiais constando custos por proteção ao meio ambiente, taxas pagas pelo direito de poluir e os custos de contingências pela degradação. Na França foi desenvolvido um balanço ecológico, desenvolvem relações com ação de redução de poluição, reciclagem e entre outros custos, entre outros países.

A contabilidade ambiental é identificada nos registros e, evidenciações feitas pela entidade que estão relacionados com o meio ambiente, aonde seu objetivo esta em analisar, mensurar e iluminar os acontecimentos de transações financeiras ligados ao meio ambiente em sua proteção, conservação e recuperação ambiental que devem ser evidenciados de forma ampla, por meio das demonstrações contábeis.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 64), existem uma distinção entre a contabilidade ambiental e a contabilidade tradicional, de forma que a primeira é embasada como um meio ganancioso onde seu alvo está em obter a lucratividade vista que registrar, mensurar, avaliar e divulgar estes dados apresenta um lado negativo ao reconhecimento destes fatos.

Mas com o passar dos anos com o grande crescimento do mercado de capitais estas empresas têm se levado a transformar estas ações apresentando em suas demonstrações contábeis seus registros e evidenciação ambientais. Estas mudanças não vêm sendo tomadas somente pelas empresas, mas também por forças externas agentes como: governo, mercado, clientes, governo, concorrência, fornecedores que estão relacionados com a área ambiental, exigindo dessas entidades uma postura ambiental na comercialização de seus produtos em termos de qualidade, quanto à proteção e preservação ambiental, de modo que os dados exibidos pela concorrência leve a outras entidades a realizar e demonstrar ações a área ambiental.

Para Bergamini Junior (2007), se define por contabilidade ambiental os registros feitos do patrimônio ambiental de bens, direitos e obrigações ambientais de uma entidade, o seu objetivo e de instituir condições a seus grupos de usuários podendo ser eles internos ou externos, de forma que possa ser avaliada a situação financeira e econômica da organização, sendo também possível realizar previsões futuras quanto à mesma, levando-se em conta os efeitos ocasionados ao meio ambiente pela entidade.

Logo abaixo, na figura 03 demonstra os usuários que levaram a apresentar às informações ambientais a contabilidade.

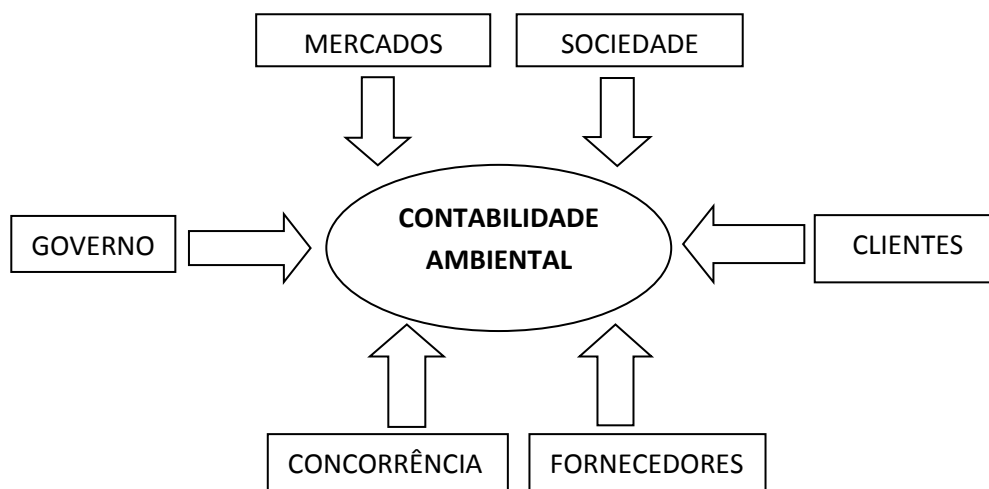


Figura 3: Agentes que têm levado as empresas a evidenciarem a contabilidade informações ambientais.
Fonte: Carvalho (2008, p. 114)

O fundamental meio de comunicação que existe entre os usuários e uma corporação, sobre seus procedimentos e posição patrimonial, está representada pelas demonstrações contábeis. A cobrança da sociedade tem levado as empresas a estarem adotando uma postura sustentável, fazendo com que as corporações obtenham uma maior divulgação sobre as suas ações ambientais tanto quanto em termos de qualidade, mas também como proteção e preservação ambiental.

2.3 Avaliação do Impacto Ambiental (AIA)

No cenário em que vivemos hoje com a realidade global de degradação ao meio ambiente, resultado das atividades humanas com a diversidade de riquezas sendo explorada, levando a ser uma escala elevada à capacidade do meio ambiente em poder suportar todas as ações sendo realizadas. De acordo com a resolução Conama de 1986, toda e qualquer alteração que ocorra dentro do meio ambiente, a consequência de um ato pode ser reconhecido como impacto ambiental.

Todos estes atos levam o meio ambiente a se fragilizar, assim não contento a mesma capacidade de antes em se regenerativa da natureza, com isso causando diversas mudanças em linha graduada global, nos principais sistemas naturais de base a vida.

Conforme Resolução nº 01/86 do CONOMA:

Art. 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Com todas estas consequências ocasionadas sobre a saúde e o bem estar da sociedade com um todo, começaram a ser realizados estudos para que possam ser amenizados estes impactos ambientais com políticas sendo propostas a serem alcançadas. Os impactos ambientais gerados são miras de discussões internacionais para que sejam contidos e se possível reparados. Para o autor Goldemberg e Villanueva (2003), os impactos ambientais podem ser:

- Locais - poluição urbana do ar, poluição do ar em ambientes fechados;
- Regionais – chuva ácida;

- Globais – efeito estufa, desmatamento, degradação costeira e marinha.

Também podem ser relacionados os impactos causados sobre a fauna, flora, poluição sonora, todas estas ações contem uma relação entre os impactos causados e problemas sócio econômico gerado.

A avaliação do impacto ambiental pode ser identificado como estudos realizados para à obtenção de informações promovendo o conhecimento prévio e análise desses fatos ocorridos para determinar ações, programas propostas e alternativas a serem implantadas.

Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 120):

Corresponde a uma atividade técnico-científica que visa identificar, prever e avaliar as consequências de um projeto ou ação sobre a saúde e o bem-estar humano, além de comunicar ao público e as pessoas encarregadas da tomada de decisões informações acerca dos impactos, ou seja, dos resultados dos estudos. (TINOCO E KRAEMER 2008, p. 120)

Fazendo assim com que estes estudos possam ser avaliados, os impactos negativos e positivos apresentados de uma proposta apresentada, permitindo assim a diminuir os estragos e otimizar os benefícios, aperfeiçoando a eficácia das soluções.

Por meio da resolução 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente onde a avaliação do impacto ambiental foi acoplada ao licenciamento ambiental, que institui os critérios básicos de e as diretrizes gerais para uso e implementação de avaliação de impactos ambientais, e determina:

- O conceito de impacto ambiental;
- A subordinação da elaboração do EIA/RIMA ao sistema de Licenciamento Ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente;
- Uma listagem, em caráter indicativo, de tipologias de atividades e empreendimentos, que dependerão da elaboração do EIA/RIMA para obtenção de licença ambiental, especificando para algumas um valor ou limite de referência do porte ou capacidade produtiva;
- A definição do escopo mínimo dos fatores e componentes ambientais que devem constar no desenvolvimento de EIA/RIMA exigidos.

A resolução Conama nº 01/86 define, o estudo do impacto ambiental-EIA, é um documento de natureza técnica, que tem como finalidade avaliar os impactos ambientais provocados por empresas pelo qual as suas atividades degradam ao meio ambiente. Devendo

ser contemplado medidas apresentadas e de controle ambiental, garantindo desta forma o uso sustentável dos recursos naturais.

O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA deve refletir as conclusões do EIA e tem como finalidade informar à sociedade sobre os impactos, medidas mitigadoras e programas de monitoramento do empreendimento ou atividade. Para que esse objetivo seja acatado, as informações apresentadas pelo RIMA devem ser de forma prática e de fácil compreensão, acompanhadas de mapas, quadros, gráficos, entre outros. Desta forma ficando claramente apresentada as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implantação, conforme a resolução Conama de 1986.

Estes estudos abrangem alternativas à ação ou projeto e implicam a conhecimento do público, representando um instrumento de conhecimento a ofício da decisão. A avaliação de impacto ambiental deve ser uma atividade continuada, passada e futura à tomada de decisões, procedendo a sua revisão e atualização periódica, após o pleno funcionamento do projeto ou atividade.

2.4 Danos Ambientais

Descreve Braga (2010, p. 26), com relação aos danos causados ao meio ambiente à sociedade passou a exigir alterações do papel do Estado, de forma que à responsabilidade relacionada com os danos gerados ao meio ambiente deixou de ser específica dos órgãos oficiais e passou a ser partilhada entre todas as partes da sociedade.

Em decorrência da cobrança da sociedade exigindo mudanças perante o papel do Estado com relação aos danos causados ao meio ambiente, de modo que essa preocupação passou a exceder fronteiras, passando a ser uma preocupação de nível mundial contendo se em vista que o efeito desses danos ocasionados ao meio ambiente passa a ser desde ambiental a econômico, social, individual.

Na lei 6.938/81, art.3 do inciso I (Planalto), que dispõe da política nacional do meio ambiente, definido como:

- I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;
- III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente.

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

Define-se por dano ambiental toda e qualquer ação que lesione o meio ambiente, ocasionando alterações danosas ao meio ambiente em que tal alteração provoca o bem estar da sociedade, resultando na redução do patrimônio da entidade.

2.5 Contas Patrimoniais

São as que representam os elementos do ativo (bens, direitos), passivo (obrigações), e patrimônio líquido, demonstrando a posição estática do patrimônio.

2.5.1 Ativos Ambientais

Na contabilidade o ativo são os bens e direitos de uma entidade, resultantes de suas transações e eventos anteriores efetuados que poderão resultar em benefícios econômicos futuramente. Contas que integram o ativo são: caixa, estoques, títulos a receber, duplicatas à receber e bens imobilizado podendo ser estes bens tangíveis que são aqueles bens com composição física como: terrenos, veículos entre outros, ou estes bens também podem ser reconhecidos como intangíveis que são ativos que não possuem composição física como: patentes, direitos autorais uma marca etc. Que na visão de Tinoco & Kraemer (2004, p. 176), afirmam que ativos ambientais são:

Ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente: se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um ativo, devem ser classificados como tais. Os benefícios podem vir através do aumento da capacidade ou melhora da eficiência ou segurança de outros ativos pertencentes à empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental que deveria ocorrer como resultado de operações futuras ou, ainda através da conservação do meio ambiente. (TINOCO; KRAEMER 2004, p. 176)

As organizações devem apresentar suas demonstrações contábeis com o intuito de comprometimento à preservação do meio ambiente, trazendo assim às entidades a transparência de suas ações e ao mesmo tempo os usuários da contabilidade ambiental poderia avaliar e comparar as informações pela entidade apresentada.

Para Bergamini Júnior (2007), o ativo é um recurso controlado por uma companhia com reconhecimento de transações passadas que esperam posteriores benefícios econômicos diretos ou indireta para companhia, como: o aumento de capacidade garantia e eficácia dos ativos próprios da entidade, diminuição de gastos com a precaução de contaminação ambiental resultante de futuras operações ou conservação ambiental.

Relata Hendriksen e Breda (1999) *apud* Braga (2010, p. 36-37), os ativos ambientais podem ser identificados diante a sua finalidade de um benefício futuro e prováveis obtidos ou controlados por uma organização, considerados economicamente positivos para o seu patrimônio em consequência de prevenção, recuperação e controle.

Esta conceituação do ativo ambiental tem por seu desígnio a expectativa de benefícios econômicos futuros fazem com que estes agentes produtores contenham economicamente grande extensão de caracterizar um elemento como ativo real de uma organização.

Para Moreira (2007) *apud* Silva (2009, p. 110), o conjunto de bens e direitos advindo da atividade de ligação ambiental é considerado um ativo ambiental, os gastos realizados com à conservação do meio ambiente, à precaução e diminuição dos danos ambientais possíveis.

A preservação emprega-se na tática de proteção dos recursos naturais o incremento de procedimentos moderno na manutenção ambiental, um movimento ético entre os seres humanos e os recursos naturais de modo que não se destruisse a renovação destes recursos naturais nas próximas gerações colocando como base a sustentabilidade.

Relata Ribeiro e Gratão (2000, p. 4), os estoques podem ser compostos por insumos que serão aproveitados diretamente no método produtivo, para eliminar durante o processo operacional a manifestação de resíduos poluentes no meio ambiente.

Silva (2009, p. 110), por sua vez declara que:

Os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças e acessórios etc. utilizados no processo de eliminação e redução dos níveis de poluição; os investimentos de máquinas, equipamentos, instalações etc. adquiridos e/ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes. (SILVA 2009, p. 110)

Segundo Ferreira (2003, p. 48), todas as ações efetuadas por uma corporação cujo sua finalidade consiste em permitir a reutilização de materiais ou produtos através de reciclagem,

estendendo assim o ciclo de vida e diminuindo os problemas com depósito ou emissão de poluentes, gerando assim, receitas ambientais.

Todos os bens e direitos do ativo ambiental que estão relacionados com os benefícios econômicos futuros de uma organização, visando à preservação, proteção e recuperação ambiental. O capital circulante (capital de giro) e o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades, ativos realizáveis a curto e longo prazo estoques ambientais. Conforme Carvalho (2008), exemplo de ativos ambientais que se enquadram no subgrupo de ativo circulante:

Ativo Disponibilidade→ são os direitos realizáveis no curso do exercício social, contabilizados os valores referentes a recebimentos procedentes de uma receita ambiental.

Ativos realizáveis a curto e longo prazo podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental derivados de vendas, empréstimos de sociedades coligadas ou controladas, etc.

Ativo Estoques ambientais→ Devem ser classificados nesta conta os estoques de materiais de produtos em processo ou produtos acabados, relacionados com o objetivo de preservação, proteção ou recuperação do meio ambiente. Até mesmo como, por exemplo, estoque de produtos reaproveitados (reciclagem, que anteriormente era descartado) em seu processo operacional de vendas ou de utilização normal de suas atividades, pela própria ou por outras entidades.

No ativo permanente as contas ambientais deste subgrupo esta divididos em Investimentos Ambientais, Imobilizado Ambiental e Intangível Ambiental.

Ativo Investimentos ambientais→ São classificadas como investimento ambiental, participações societárias em entidades ecologicamente responsáveis com a preservação e recuperação do meio ambiente, por exemplo: reflorestamento ou aquisições de florestas.

Ativo Imobilizado Ambiental→ Classifica-se como imobilizado ambiental as contas referentes a bens corpóreos destinados à manutenção de gerenciamento ambiental das atividades da organização, como exemplo: máquinas, instalações, entre outros, com o propósito de proteger, preservar ou recuperar o meio ambiente.

- Depreciação acumulada: conta usada para registro de perda de valor de direitos ligados com a preservação ou recuperação do meio ambiente, em decorrência de uso, ação da natureza ou obsolescência.

- Amortização Acumulada: Estabelece no art.183, § 2º “b” da lei 6.404/76, que caracteriza a amortização acumulada:

Amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicada na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objetivo sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado. (ART.183, § 2º “B” da LEI 6.404/76)

E correto ressaltar que o mesmo dispositivo se aplica a uma situação considerada ambiental. As despesas diferidas sofrem amortização periodicamente e a taxa a ser utilizada para determinação do valor a ser amortizado será estabelecida de acordo com o período de duração do contrato, não podendo ser em prazo superior a dez anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a serem desfrutados os benefícios, de acordo com § 3º do art. 183 da lei nº 6.404/76.

- Exaustão Acumulada Ambiental: conta utilizada para o registro de perda do valor de recursos minerais ou florestais, ou mesmo de bens aplicados na sua exploração, em decorrência da operação.

Ativo Intangível Ambiental → Neste grupo pode ser classificado os bens e direitos intangíveis como: marcas e patentes, que são difíceis de mensuração.

Quando houver a apresentação das demonstrações contábeis os ativos ambientais devem ter classificação, controle e divulgação destacados nos grupos de contas do ativo, de forma sintetizada em notas explicativas constando, à natureza e a finalidade destes ativos ambientais.

2.5.1.1 Contabilização dos Ativos Ambientais

- Estoques Ambientais;

São bens adquiridos ou produzidos por uma entidade, com a finalidade de venda ou utilização própria no processo de suas atividades, como estoques de materiais de produtos em processo ou produtos acabado, estoque de produtos reaproveitados reciclagem, relacionados com o objetivo de preservação, proteção ou recuperação do meio ambiente.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Aquisição De Matéria-Prima Reciclada.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Estoque De Matéria Prima Reciclada	-----
C	Caixa/Bancos/Fornecedores	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 1: Ativo Circulante/Estoque Ambiental

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 178)

- Investimento Ambiental;

São as participações societárias em outras companhias em pode ser definido como bens e direitos, que sejam ecologicamente responsáveis com a preservação e recuperação do meio ambiente.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Gastos Realizados para a conservação do meio ambiente, como exemplo: Reflorestamento/Aquisição de Florestas/Reserva Florestal.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Investimento Ambiental/Florestamento/Reflorestamento e/ou Reserva Ambiental	-----
C	Caixa/Bancos/Fornecedores	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 2: Contabilização do Ativo Permanente/Investimento Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 179)

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Desenvolvimento de pesquisas para aproveitamento de resíduos, desenvolvimento de programa de educação ambiental e/ou desenvolvimento de controle e monitoramento do processo industrial, e do sistema de tratamento de efluentes.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Investimento Ambiental/ Pesquisas ambientais, programa de gestão de recursos hídricos e/ou programa de educação ambiental	-----
C	Caixa/Bancos Ou Obrigações	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 3: Contabilização do ativo permanente/Investimento Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 182-183)

- Imobilizado Ambiental;

São bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade com o propósito de preservar ou recuperar o meio ambiente, como máquinas para reflorestamento, aquisição de filtros para diminuição ou eliminação de efluentes, gases tóxicos ao meio ambiente.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Imobilizado Ambiental- Aquisição de equipamentos (reduzir emissão de poluentes) e/ou Construção de Obras (ex.: escoamento das águas superficiais)		
D/C	CONTA	VALOR
D	Imobilizado Ambiental/Equipamentos e/ou Obras de drenagem superficial/Quebra de Ventos.	-----
C	Caixa/Bancos Ou Obrigações	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 4: Contabilização do Ativo permanente/Imobilizado Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 180-181)

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Imobilizado Ambiental- Plantação realizada pela entidade com objetivo de reflorestamento (para ser usado como matéria-prima no processo Produtivo) e/ou Aquisição de minas, jazidas para exploração da entidade.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Imobilizado Ambiental/ Florestamento/Reflorestamento e/ou Minas/Jazidas	-----
C	Caixa/Bancos Ou Obrigações	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 5: Contabilização do Ativo permanente/Imobilizado Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 180-181)

- Intangível Ambiental;

São classificados como intangível ambiental os bens e direitos que tenham por objetivos bens incorpóreos.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Registro de Marca de produto Ambiental		
D/C	CONTA	VALOR
D	Intangível Ambiental/ Marca e Patentes Ambientais	-----
C	Caixa/Bancos	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 6: Contabilização do Ativo Permanente/ Intangível Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 182)

- Depreciação/Amortização/Exaustão;

Depreciação conta usada para registro de perda de valor de direitos ligados com a preservação ou recuperação do meio ambiente, em decorrência de uso, ação da natureza ou obsolescência. Amortização corresponde à perda de valor do capital aplicado na aquisição de direitos ou com exercício de duração limitada, ou cuja finalidade seja bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado. Exaustão conta utilizada para registro de perda do valor de recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados em sua exploração.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Valor da depreciação de bens ambientais/ valor da Amortização do diferido Ambiental e Exaustão do florestamento/reflorestamento decorrente da exploração.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Despesas com Depreciação/Amortização e Exaustão Ambiental	-----
C	Depreciação/Amortização e Exaustão Acumulada Ambiental	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 7: Contabilização do ativo permanente/ Depreciação, Amortização e exaustão acumulada ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 184-185)

2.5.2 Passivos ambientais

O passivo ambiental é reconhecido pelos fatos de conotação negativa, que ocorre quando a entidade agrediu ao meio ambiente e por estes fatos efetuados, tiveram que realizar pagamentos de indenização á terceiros, multas e para a recuperação de áreas degradadas. Também podem ser reconhecido como passivo ambiental como atitudes responsáveis quando uma entidade gera uma obrigação decorrente da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, entre outros.

Descreve Moreira (2007) *apud* Silva (2009, p. 110), toda obrigação adquirida voluntária ou involuntariamente destinada à aplicação de controle, preservação e recuperação do meio ambiente é reconhecido como passivo ambiental.

Santos (2007) *apud* Silva (2009, p. 137), o passivo ambiental como qualquer passivo, esta dividido em capital de terceiros e capital próprio os quais constituem as origens de recursos da entidade. Exemplos de origens:

- Bancos – empréstimos de instituições financeiras para investimentos na gestão ambiental;
- Fornecedores – compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental;
- Governo – multas decorrentes de infração ambiental;
- Funcionários – remuneração de mão-de obra especializada em gestão ambiental;
- Sociedade – indenizações ambientais;
- Acionistas – aumento de capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental;
- Entidade – através da destinação de parte dos resultados (lucros) em programas ambientais.

Os resultados obtidos por uma organização, seus benefícios econômicos derivados de sua atividade podendo ser decorrente da não realização dos eventuais termos de acordos firmados com órgãos oficiais de controle ambiental ou do ministério público decorrente de cobrança da sociedade. Segundo a Ibracon (2000, p. 5), “O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/prática contra o meio ambiente consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”.

De modo que em algum período foi exigido pela entidade o benefício econômico de uma organização, decorrentes de suas transações passadas ou presentes, entre a organização com o meio ambiente com a necessidade de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente por terem auferido algum tipo de dano ambiental, decorrente de uma conduta inadequada de suas ações.

Para Kraemer (2007) *apud* Silva (2009, p. 110), toda obrigação sendo ela de curto ou longo prazo representa o passivo ambiental, destinadas unicamente a gerar investimentos em prol de ações relacionadas à diminuição ou amenização dos danos originados ao meio ambiente, inclusive percentual de ganho do exercício com destinação a investimento na área ambiental.

Segundo Ribeiro e Gratão (2000, p. 5), as entidades que por sua atividade econômica agredem o meio ambiente, assim, os passivos ambientais ficaram conhecido por sua conotação negativa. Por este motivo, estas entidades tendem a pagar quantias abundantes de indenizações a terceiros, multas e para recuperação destas áreas degradadas pela entidade.

A responsabilidade destes passivos ambientais se deve pelas infrações, os danos cometidos ao meio ambiente e também os empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que foram ocasionadas em períodos passados ou que estão ocorrendo no presente e que delas derivem entrega futura ou presente de ativos ambientais.

Para Costa (2012, p. 72), “a responsabilidade pelo passivo ambiental em primeiro lugar, pertence ao próprio poluidor, cujos bens ficam sujeitos à satisfação do dano causado (CC, art. 1.518, 1º parte) e ao cumprimento de outros deveres.” Ressalte-se que o Código Civil em vigor (Lei nº 10.406/02) o dispositivo em comento e tratado no art. 942, 1º parte.

Quando uma empresa é submetida a iniciar o processo de recuperação ambiental, mesmo não sendo possível conter a total quantificação da degradação ambiental a entidade deve realizar um estudo com profissionais equiparados a este tipo de trabalho técnico, para

conter as estimativas dos recursos que deverão ser necessários para a recuperação, pois o importante é ter, mesmo que aproximadamente um valor dos gastos em que a entidade terá que efetuar para a recuperação desta área contaminada.

Para Carvalho (2008), neste subgrupo as obrigações de uma organização que contém vencimento até o término do exercício, classificam-se por:

Provisões ambientais→ neste subgrupo classificam-se as exigibilidades ainda não totalmente definidas, decorrentes de fatos contábeis passados. Costa (2012, p. 73) define as provisões como: “[...] reduções de ativos ou acréscimos de exigibilidades que reduzem o patrimônio líquido, e cujos valores ainda são totalmente definidos.” Os danos ambientais incididos por uma organização resultam na perda de prováveis valores a desembolsar por fatos já ocorridos.

Degradação Ambiental→ os passivos gerados em decorrência da atividade de uma organização que causam impactos negativos ao meio ambiente, considerado este um dos tipos de passivos mais apresentados, principalmente pela mídia. Isto decorre do impacto em que a atividade da empresa causa para o solo, ar e água.

Obrigações fiscais a pagar→ nesta conta são classificadas as obrigações de uma empresa decorrentes dos chamados impostos verdes, produtos como gasolina e álcool, são lhes incorridos uma carga de encargos, por degradarem o meio ambiente.

Indenizações ambientais a pagar→ é registrado nesta conta valores referente á indenizações devidas a terceiros, entidades, governo, entre outros. Isso geralmente acontece pelo fato de á atividade da entidade causar impactos ao meio ambiente, trazendo assim consequências negativas a pessoas ou entidades, vinculadas a saúde, negócios.

As degradações que veem ocorrendo ao meio ambiente durante todos esses anos, como poluição do ar, do solo, do mar, tem tido grande repercussão no mundo todo inclusive por estudiosos, jornalistas e pela sociedade sobre estas ações efetuadas por entidades, as quais suas atividades estão relacionadas com o meio ambiente, sendo considerado o grupo contábil que mais chama a atenção, o passivo ambiental.

Para Carvalho (2008, p. 132), a ocorrência de passivos ambientais também geram atitudes positivas para à entidade no acontecimento das obrigações decorrentes de ações na área de recuperação, reparação ou gestão ambiental, que irão gerar benefícios econômicos resultantes destas obrigações.

Uma entidade quando evidencia estes investimentos em prol do meio ambiente, visando à sustentabilidade, à prevenção e proteção ambiental, desta forma demonstram que se preocupam com o destino do meio ambiente, e com este fato agregam ao reconhecimento positivo da empresa perante a sociedade, refletindo sobre a entidade o seu empenho perante o cumprimento de sua responsabilidade socioambiental.

2.5.2.1 Contabilização dos Passivos Ambientais

- Fornecedor;

E registrado o valor do bem ou equipamento adquirido, que será creditado na conta fornecedor por ser uma obrigação da empresa a ser paga.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Aquisição de equipamentos antipoluentes a prazo, entre outros.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Imobilizado Ambiental/Equipamento ambiental	-----
C	Fornecedores	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 8: Contabilização do Passivo circulante/ Fornecedores.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 186)

- Provisão Ambiental;

A provisão ambiental é uma conta que necessita o uso de um método de valorização para registro.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Dano ambiental de valor estimado provocado pela entidade (ex.: contaminação do solo)		
D/C	CONTA	VALOR
D	Despesas Ambiental/Dano Ambiental	-----
C	Passivo Ambiental/ Provisão para danos Ambientais	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 9: Contabilização do Passivo circulante/ Provisão Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 186)

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Notificação para que a entidade recupere o solo degradado, através de critérios de valoração ambiental aceito (a entidade fará a reversão da provisão anterior constituída e/ à complementação do registro do valor correto para recompor o meio ambiente degradado)		
D/C	CONTA	VALOR
D	Passivo Ambiental/Provisão para danos ambientais/Dano ambiental	-----
C	Passivo Ambiental/ Provisão de danos ambientais/ Degradação ambiental	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 10: Contabilização do Passivo circulante/ Provisão Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 187)

- Degradação Ambiental;

São os passivos gerados em decorrência da atividade de uma organização, que causam impactos negativos ao meio ambiente.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Recuperação de uma degradação ambiental causada pela atividade da entidade/Perda Fauna/Aumento do processo erosivo/Aumento da Velocidade dos ventos (em decorrência da perda da vegetação)/ Emissões ruídos e vibrações/Perda de material florístico/Contaminação do lençol freático decorrente do processo produtivo da entidade.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Despesas Ambiental/Despesa com poluição da água/Degradação florística/Recuperação do meio ambiente degradado (aumento da velocidade dos ventos) /Poluição Atmosférica/Poluição Sonora/Erosão Ambiental/Degradação da Fauna	-----
C	Passivo Ambiental/Poluição das águas/Degradação da flora/Fauna/Degradação Ambiental/Poluição Atmosférica/Poluição Sonora/Erosão Ambiental	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 11: Proposta de lançamento para Passivo circulante/ Degradação Ambiental.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 188 à 191)

- Obrigações Fiscais a Pagar;

Refere-se a obrigações pagas por entidade em virtude de sua relação com o meio ambiente.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Obrigação tributária decorrente da degradação ambiental.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Despesas tributaria ambiental	-----
C	Obrigações fiscais a pagar/ Tributação verde	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 12: Contabilização do passivo circulante/ Obrigações Fiscais a pagar.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 192-193)

- Indenizações Ambientais a pagar;

São registrados nesta conta valores referentes a indenizações devidos em decorrência da atividade desenvolvida pela entidade, onde pode envolver pagamento de pensões provocado por doenças ou acidentes.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Indenização devida à pessoa física em decorrência de doença contraída durante o período em que trabalhou para a empresa.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Despesas com indenizações ambientais e/ou despesas com pensões ambientais	-----
C	Passivo circulante/ Indenizações Ambientais a pagar	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 13: Contabilização do passivo circulante/ Indenizações ambientais a pagar.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 192-193)

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Indenização devida a pessoa física em decorrência de doença contraída durante o período em que trabalhou para a empresa.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Passivo Circulante/Indenizações a pagar	-----
C	Caixa/Banco c/ Movimento	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 14: Contabilização do passivo circulante/ Indenizações ambientais a pagar.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 192-193)

2.5.3 Custos Ambientais

Descreve Ribeiro (2005), que os custos ambientais são como gastos necessários para que uma entidade possa manter à condução de suas atividades. Considerando custos ligados com o processo operacional e as despesas ambientais referentes à área administrativa da empresa. Sobre custos ambientais, Garcia (2013, p.14), relata que:

Se uma determinada organização executa algum tipo de gasto que seja vinculado a uma iniciativa de sustentabilidade ambiental e que ao mesmo tempo diga a respeito da produção, então esse gasto é classificado como um custo ambiental para fins de análise de aplicação de recursos em ações ambientais. (GARCIA 2013, p. 14)

Todos os custos provenientes da degradação ambiental por determinada entidade devem ser considerado como custos atribuídos aos bens ou serviços que são produzidos pela entidade, constando então assim nestes produtos e serviços, o valor da degradação e de preservação do meio ambiente.

Relata Tinoco e Kraemer (2004, p. 168), os custos ambientais para uma entidade, são atribuídos pelo subconjunto de custos de uma entidade, sendo assim apenas um segmento de gastos especializados para uma apropriada tomada de decisão.

Para a ONU (2001) a principal falha de gestão ambiental com a contabilidade está na carência de definição regularizada de custos ambientais, os valores das matérias primas escassas, à contaminação e à degradação, não refletem o seu exato valor e os seus custos para à sociedade.

Os custos ambientais envolvem os gastos efetuados para gerenciar os danos ambientais gerados pela atividade de uma entidade devem ser todos contabilizados de forma ambientalmente responsável estabelecido para ONU, à legislação e as novas tecnologias de mensuração, podem obrigar a uma entidade a atender medidas específicas, onde a mesma anteriormente não havia nenhuma exigência.

Para Martins (2003) apud Silva (2009, p. 110), os gastos relacionados a um bem ou serviço empregado na produção de outro bem e serviço são considerados custos ambientais e as despesas são avaliadas todos os bens e serviços consumidos de forma direta e indireta para a aquisição de receitas.

Os gastos necessários para a fabricação de produtos da entidade devem ser classificados como custos da entidade. Os custos ambientais envolvem tanto os custos externos como os custos internos decorrentes da prevenção e danos ambientais, estes gastos se não forem agregado diretamente no processo produtivo da empresa, são classificados como despesas ambientais em vez de custos ambientais.

Segundo Ribeiro (2006, p. 52), pode ser reconhecido como custos ambientais todos aqueles que relacionados com a proteção do meio ambiente:

- Custos de reciclagem de materiais;
- Gastos relacionados ao meio ambiente como à preservação, proteção e recuperação de áreas contaminadas e degradadas;
- Despesas com depreciação, amortização e exaustão dos valores relativos de natureza ambiental que pertencem à entidade;
- Mão de obra utilizada diretamente na prevenção, proteção, recuperação e controle área ambiental da empresa.

Fica evidente que os gastos ambientais realizados para gerenciar os impactos das atividades de uma entidade obtendo à sua eficiência ambiental para a entidade na prevenção, proteção, reparação dos danos ambientais no processo de produção ambientalmente responsável, e como consequência produzem benefícios e a eficácia em suas operações.

2.5.3.1 Contabilização dos Custos Ambientais

Os gastos em que a entidade obtém que tem relação com o meio ambiente e que são indispensáveis para o desenvolvimento de sua atividade, são geralmente classificados como custos ambientais. Este fato envolve desde gastos com preservação, manutenção, recuperação, reciclagem até com o pessoal diretamente envolvido com a área ambiental.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Gastos com a manutenção ou recuperação de ativos ambientais/Salários e encargos do pessoal empregado diretamente na área ambiental da entidade		
D/C	CONTA	VALOR
D	Custo Ambiental/Manutenção dos ativos Ambientais/ Salários Ambientais	-----
C	Caixa/Banco ou Obrigações	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 15: Contabilização dos custos ambientais.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 195)

2.5.4 Despesas Ambientais

Podem ser reconhecidos como despesas ambientais todos os gastos relacionados com as ações de uma entidade com o meio ambiente no seu processo de produção, que são necessárias para que as atividades de proteção, prevenção e recuperação ambiental sejam executadas. Descrevendo sobre despesas ambientais, Iudícibus (1993, p. 133), relata que:

Despesas, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Note que a despesa pode referir-se a gastos efetuados no passado, no presente ou que serão realizados no futuro. De forma geral, podemos dizer que o grande fato gerador de despesas é o esforço continuado para produzir receita. (IUDÍCIBUS 1993, p. 133)

Segundo Garcia (2013, p. 14), se distingue custos de despesas na regra de averiguar a relação de gasto com a produção, assim pode ser caracterizado se determinado gasto têm relação com o processo de produção, este então deverá ser considerado como custo, e como

despesas os demais gastos que não haja relação com o processo de produção, sendo de forma direta ou indireta.

Os gastos realizados em um determinado período por uma entidade relativa à administração da entidade como um todo, que não sejam ligados à produção de bens e serviços no processo de obtenção de receitas de uma organização, relacionados com o meio ambiente são considerados despesas ambientais. Ribeiro (2006, p. 50), descreve sobre despesas ambientais como:

Consideram-se como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e essas áreas desenvolvem atividades inerentes à produção do meio ambiente. (RIBEIRO 2006, p. 50)

Assim como custos ambientais as despesas ambientais também são evidenciadas em diversos setores da entidade, que são indispensáveis para que uma entidade possa realizar seus eventos e transações relativas para a execução da gestão ambiental. Deve ser, evidenciado todas as despesas ambientais no momento da ocorrência do fato gerador de suas atividades de recuperação, prevenção, controle e reciclagem.

Para Costa (2012, p. 85), os gastos ambientais realizados pela companhia que contém relação com o meio ambiente devem ser contabilizados como despesas, ocorridos no período. Podem ser consideradas como despesas ambientais:

- Todos os gastos ligados com as políticas internas de preservação ambiental, como por exemplo: cartazes, cartilhas, entre outros;
- Seleção e recrutamento de pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental;
- Despesas com compensação e recuperação ambiental;
- Auditoria ambiental;
- Consultoria para elaboração de IEA/Rima;
- Despesas com licenças ambientais, multas e indenizações, entre outras despesas ambientais.

Segundo Braga (2010, p. 63), estes gastos devem ser evidenciados no exercício em que se tem início o processo produtivo de recuperação. Para a identificação com a

conservação da atividade operacional da entidade, podendo ser de forma direta ou indireta que obtenha resultados ao patrimônio da entidade e ao meio ambiente.

A realização das análises sobre os investimentos e resultados derivados dos atos de preservação ambiental, e de grande importância para que sempre se contenha um parâmetro sobre os resultados em que a entidade está apresentando ao executar uma atividade de forma sustentável, para que as aplicações destes investimentos possam ser uma forma de motivação da entidade para a continuidade das ações de preservação ambiental.

2.5.4.1 Contabilização das Despesas Ambientais

Os gastos em que a entidade obtém que tem relação com o meio ambiente, e que são necessários para o desenvolvimento de sua atividade, são geralmente classificados como despesas ambientais. Este fato contábil envolve diversos tipos de gastos, desde gastos com educação ambiental, gastos com licença ambiental e recolhimento de lixo.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Gastos realizados com proteção, conservação ou preservação ambiental/ Recolhimento e destinação adequada do lixo/Gastos com equipamentos de proteção individual.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Despesa Ambiental/ proteção, conservação ou preservação ambiental/ coleta e destinação do lixo/ prevenção de acidentes ambientais	-----
C	Caixa/Banco c/ movimento/Obrigações	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 16: Contabilização das Despesas Ambientais.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2008, p. 197-198)

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Gastos realizados para a obtenção de licença ambiental/ Gastos com a educação Ambiental na Entidade		
D/C	CONTA	VALOR
D	Despesa Ambiental/ Despesa com Licença Ambiental/ Despesas com programa de Educação Ambiental	-----
C	Caixa/Banco c/ movimento/ Obrigações	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 17: Contabilização das Despesas Ambientais.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2008, p. 197)

2.5.5 Receitas Ambientais

Receita é todo fato registrado como entrada de um ativo, diante a forma de bens e diretos, naturalmente, à principal receita de uma entidade é importada pela venda de seus produtos e serviços. De acordo com Carvalho (2008, p. 142), receitas ambientais são:

Receitas ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados. Os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria-prima para outras atividades como reutilizadas pela entidade em seu processo produtivo. (CARVALHO 2008, p. 142)

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p.226), são considerados como receitas ambientais todos os ganhos provenientes das operações realizadas por uma entidade, vista como um fator principal ou básico para uma entidade, gerando um aumento no patrimônio líquido de uma empresa.

Ressalta Iudícibus (2007), reconhecido como receita a expressão monetária de uma entidade válida pelo mercado, representado de bens e serviços em determinado período de uma corporação, provocando um aumento no ativo e no patrimônio líquido.

A sociedade com a sua consciência em relação ao meio ambiente passou a afetar as entidades diante aos seus consumidores, colocando uma intensa pressão sobre as entidades para que elas comesçassem a investir na preservação, prevenção e controle do meio ambiente, visto que do mesmo depende a evolução da entrada de receitas para a entidade.

Empresas que investe em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, que poupadores de recursos podem ser por analogia considerados receitas, além de contribuírem para a redução de impactos ambientais. (TINOCO E KRAEMER 2004, p. 190)

Pode ser visto como receita ambiental todos os ganhos de mercado auferido por uma empresa, desde o momento em que a conceito público que da preferência aos produtos e serviços em sua política de preservação ao meio ambiente, e visto como um ganho para uma corporação.

2.5.5.1 Contabilização das Receitas Ambientais

A receita decorrente da venda de produtos reciclados ou de subprodutos da entidade deve ser registrada pelo valor auferido.

FATO CONTÁBIL AMBIENTAL: Valore referente a recursos auferidos pela entidade decorrentes das vendas de produtos reciclados.		
D/C	CONTA	VALOR
D	Caixa/Banco c/ movimento/Contas a Receber	-----
C	Receitas Ambiental/Vendas de produtos reciclados	-----
Histórico	-----	-----

Quadro 18: Contabilização das Receitas Ambientais.

Fonte: Adaptado, de Carvalho (2008, p. 199)

2.5.6 Perdas ambientais

As perdas são o reflexo dos gastos incorridos, sem a obtenção de nenhum benefício para a organização. Portanto então podem ser reconhecidos como perdas ambientais os gastos que não trazem benefícios à organização.

Relata Hendriksen e Breda (1999, p.223), na execução das atividades de uma organização pode ser geradas perdas a elas, ou seja, os gastos supervenientes de uma entidade em que não possa ser vista, algo imprevisível é considerado como perdas ambientais.

Para Ribeiro (2005, p 57), descreve que perdas ambientais são os gastos gerados em que não proporcionam nenhum benefício à entidade. A autora ainda relata as perdas ambientais como sendo normais e anormais, a primeira pode ser identificada como previsíveis definida como aceitáveis, que são incluídas no custo operacional da empresa. As anormais e classificadas como inesperadas de volume relevante.

2.6 Gestão Ambiental

Nas últimas décadas houve um grande aumento da população e relativamente do consumo, este acontecimento fez com que as indústrias apenas se preocupassem em aumentar sua produção e investir em tecnologia. Devido à este aumento da produção as entidades consumiam recursos naturais sem controlar o meio ambiente, pois sua maior preocupação era apenas diminuir os custos de produção e elevar a exploração dos recursos naturais, pois os mesmos eram localizados disponíveis na natureza.

Descreve Costa (2012, p.104), pelo fato das organizações apenas refletir sobre as suas ações com relação ao meio ambiente apenas pensando em extrair o máximo de recursos possíveis da natureza sem conter um controle, não investindo na proteção e preservação do meio ambiente. Por este motivo as entidades ocasionaram altos índices de degradação ao meio ambiente.

Com todo este contexto sendo originadas, as autoridades como governo e diversos segmentos da sociedade, começaram a se preocupar com os índices elevados de poluição causados pelas indústrias que lançavam esses resíduos tóxicos ao meio ambiente, surgiu assim, a publicação da norma BS 7750.

Relata Ribeiro (2006, p. 143), que o primeiro país a emitir normas para orientar a gestão ambiental nas entidades foi à Inglaterra mediante o *British Standard* – BS 7750. Esta norma obteve grande aceitação nos países europeus e serviu de base para a elaboração da ISO 14000.

Em março de 1993, a ISO estabeleceu o Comitê Técnico de Gestão Ambiental, ISO/TC207, para desenvolver uma série de normas internacionais de gestão ambiental, a exemplo do que já vinha sendo feito pelo ISO/TC 196, com a série ISO 9000 de Gestão de Qualidade. A série, que recebeu o nome de ISO 14000, refere-se a vários aspectos, como sistemas de gestão ambiental, auditorias ambientais, rotulagem ambiental, avaliação do desempenho ambiental, avaliação do ciclo de vida e terminologia. No ano anterior, em 1992, a British Standards Institution (BSI) já tinha aprovado a norma BS 7750 para o estabelecimento de sistemas de gestão ambiental nas empresas, e que serviu de base para a elaboração da Norma Internacional ISO 14001. (INSTITUTO BRASIL PNUMA, 2013)

As definições dos padrões internacionais que devem ser adotados por todas as entidades, principalmente as entidades que apresentam um maior nível de poluição. Desta forma, contendo um padrão que deve homogeneizar o procedimento, e as ações das entidades diante a interação com o meio ambiente ligado ao consumo dos produtos e ao descarte final de seus restos, de forma em que não prejudique ao meio ambiente. Almeja-se que esse padrão seja aplicado no controle de resultados no desenvolvimento das atividades econômicas dos seus produtos.

De acordo com Dashefsky (2003) *apud* Braga (2010, p.14), as empresas devem achar maneiras de minimizar poluentes, utilizar recursos renováveis e diminuir riscos que prejudique a saúde da sociedade. Os acionistas, administradores e outros membros que fazem parte de uma empresa, têm como compromisso amparar tais princípios da gestão organizacional.

As entidades não devem apenas gerar desenvolvimento que agrade somente a sociedade presente, mas também devem estar comprometido com a capacidade das gerações futura de prover suas necessidades. Estipulado pela Agenda 21, as entidades devem adotar o compromisso e o desafio de agregar conceitos de desenvolvimento sustentável a sua gestão.

Para Braga (2010), a gestão ambiental em um conceito mais amplo, portanto, constitui a incorporação da gestão estratégica da entidade em seus princípios e valores, que visem à obtenção de um modelo de negócio em que esteja focado ao desenvolvimento sustentável.

O método da gestão ambiental aglomera diversos métodos da gestão como: estabelecimento de políticas, planejamento, plano de ação, alocação de recursos, decisão, controle, entre outros, que compõem em sua visão o desenvolvimento sustentável. Na visão de Ribeiro (2006, p. 144):

As empresas empenhadas na inevitável e necessária tarefa de proteger o meio ambiente devem incluir, na definição de sua tarefa e em sua política global, as diretrizes básicas para com o meio ambiente. Estando definidas tais diretrizes e a postura da empresa em relação ao meio ambiente, faz-se necessárias determinar as estratégias e o modo operacional para atingir tal missão, agora com um escopo mais amplo. (RIBEIRO 2006, p. 144)

Deve haver uma estratégia operacional para que a entidade possa executar de fato seu acordo de respeitar o meio ambiente, e necessário que haja um compromisso não somente com os administradores mais também com todos os colaboradores para que estejam juntos cumprindo os meios de prevenção ambiental.

Conceitua Donaire (1999) *apud* Braga (2010, p.14), a apresentação da gestão ambiental significa acionar a temática ambiental ao projeto estratégico e operacional de uma corporação, de forma em que deve ser compatível o objetivo ambiental com os demais objetivos da entidade. Este procedimento deve estabelecer as atividades a serem executados, seus objetivos e, a sequência entre as atividades e os responsáveis pelo cumprimento da mesma. Para Braga (2010, p. 15):

A necessidade da gestão ambiental tem se intensificado nos últimos anos, devido à preocupação com o meio ambiente ter deixado o campo periférico, na administração das entidades, para assumir um posicionamento estratégico. Os benefícios de adoção dessa postura são os mais variados e alavancam o resultado para a entidade nos seguintes itens: redução de riscos, redução de custos, melhoria da imagem corporativa, continuidade do negócio, maior lucratividade, entre outros. (BRAGA 2010, p. 15)

Para Ferreira (2003, p. 34), a perspectiva de uma entidade vai definir sobre o método produtivo a ser tomado perante a preservação ambiental, em um aspecto de sobrevivência do meio ambiente como sendo uma questão de médio e longo prazo, a questão a sobrevivência do negócio que no ponto de vista do administrador como sendo de curto prazo. Desta forma

haverá sempre os aspectos econômicos e sociais, estará sempre permeando essas questões, na figura 04 abaixo a autora Ferreira, sintetiza o processo decisório:

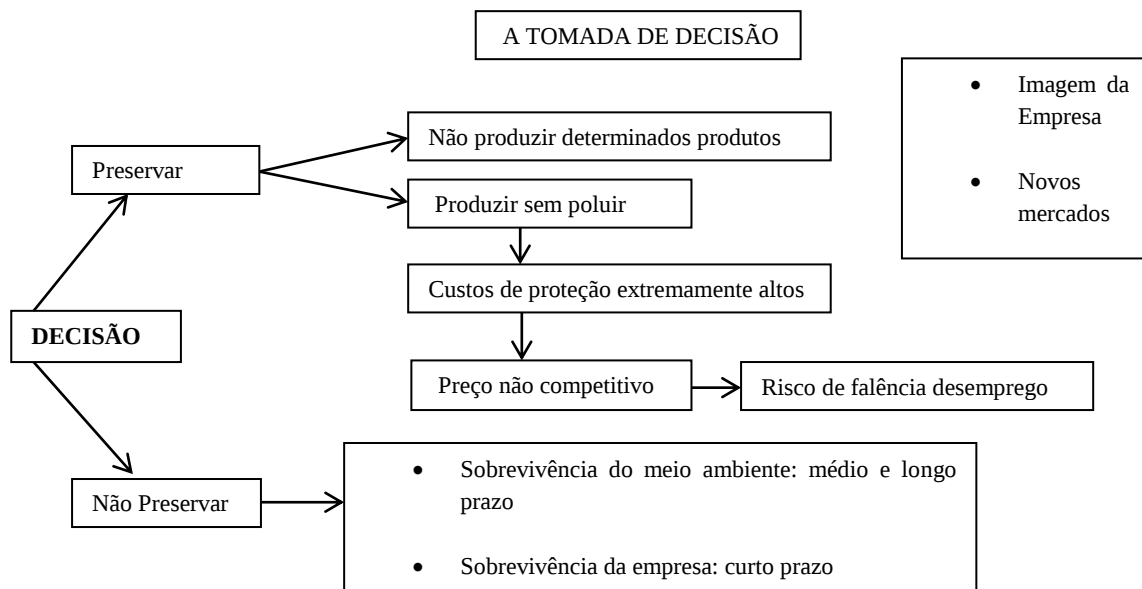


Figura 4: Processo decisório na gestão ambiental.

Fonte: Ferreira (2003, p.34)

Uma organização tende-se a beneficiar de diversas formas com a implantação da gestão ambiental, que são caracterizados em econômicos e estratégicos, descrito pelo autor Donaire (1999, p. 59):

Benefícios Econômicos:

- Economia de custos;
- Incremento de receitas.

Benefícios Estratégicos:

- Melhoria da imagem constitucional;
- Renovação do portfólio do produto;
- Aumento da produtividade;
- Alto comprometimento do pessoal;
- Melhoria nas relações do trabalho;
- Melhoria e criatividade de novos desafios;
- Melhoria das relações com órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas;
- Acesso mais rápido ao mercado externo;

- Melhor adequação aos padrões ambientais.

Para Braga (2010, p.16), os benefícios estratégicos concentram-se no avanço de mercados para a empresa com relação à melhoria de imagem da empresa vista pela sociedade respectivamente haverá o aumento de ganhos para a empresa, redução do nível de dívidas, subsídios governamentais (redução de impostos para as entidades que bem comportadas, que preservam o meio ambiente), ao acesso de financiamentos para investimentos com taxa diferenciados a favor da entidade, entre outros. Isto é uma forma empregada para que as entidades se preocupem com o meio ambiente.

A gestão ambiental deve analisar o processo operacional da corporação para identificação dos eventos efetuados por ela, que causam e diminuem os impactos ambientais visando à prevenção, o controle e a recuperação do meio ambiente para o alcance de benefícios econômicos e estratégicos.

Segundo Ferreira (2003, p. 36), todos estes fatos vem de encontro com os conceitos aplicados no gerenciamento das entidades nos últimos anos, quando se fala em produção e competitividade no mercado está se referenciando ao uso dos recursos, na redução de desperdícios, na utilização eficaz dos recursos disponíveis à entidade, para a obtenção de receitas que será possível com menores custos para se alcançar melhores preços para vendas.

O conjunto desses fatores é indispensável para a gestão voltada para o desenvolvimento sustentável, pois para ser realizada uma tomada de decisão eficaz requer a unificação da economia e ecologia. Conforme Ribeiro (2006, p. 144):

As atividades de gerenciamento devem ser estruturadas de acordo com as características de cada empresa: tipo de atividade, porte, envolvimento com a proposta ambiental, entre outras. Tais peculiaridades definirão as atividades e a postura dos responsáveis na estrutura hierárquica – pelo menos nas grandes companhias, em que predomina a descentralização de atividades. (RIBEIRO 2006, p. 144)

Dentro de diversas entidades e possui ser notada a existência de diretoria e departamento ambiental, as atividades de proteção ambiental desenvolvidas por este departamento que deve ser aplicado em cada segmento da entidade, como por exemplo: área administrativa, de produção, de segurança, de qualidade, entre outras. Estes departamentos ambientais incorporados são responsáveis pela elaboração de um planejamento de proteção ambiental e informa as demais partes da entidade o que deve ser executado.

Ressalta Ferreira (2003, p. 37), mesmo não havendo restrição legal diante a produtos fabricados em que afetam o meio ambiente, a sociedade por consciência própria deixam de consumir determinado produto que afeta negativamente o meio ambiente.

Estas cobranças começam a ser notado pela entidade em suas vendas sobre o risco do capital de seus acionistas, na quantidade de empregos apresentados e principalmente o risco sobre a própria continuidade da entidade. Como foi pronunciado pelo presidente Du Pont, do Brasil e da América do Sul, em um artigo publicado na revista Exame, “Foi à pressão da sociedade que nos levou a cuidar mais da questão Ecológica”.

Pode ser visto que o impacto ambiental requer da sociedade a fazer modificações no seu padrão de vida, que por sua vez, pressiona os agentes envolvidos como representado na figura 05 abaixo:



Figura 5: Impacto ambiental e seus agentes envolvidos.

Fonte: Adaptado. Ferreira (2003, p. 37)

A partir destas cobranças o governo reage com medidas legais e tributárias que sinaliza o caminho que deve ser adotado. Podemos citar como exemplo, o estado do Rio de Janeiro, onde a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa que “pretende elaborar uma política de redução de impostos para as empresas bem comportadas e de aumento de taxas para as que destroem o meio ambiente”.

As entidades reagem, instituindo áreas de gestão ambiental responsáveis para cuidar das questões ambientais, para a implantação de programas e ações relacionadas à preservação ambiental, que sejam compatíveis com a capacidade econômica financeira e continuidade da entidade.

O principal motivo de a gestão ambiental ser aplicada dentro das corporações na execução de suas atividades em suas áreas segmentadas atuando em conjunto para alcançar resultados eficazes, obtendo a melhor resposta econômica possível perante os recursos da entidade, considerando a preservação do meio ambiente.

2.7 Evidenciação

A evidenciação representa os fatos econômicos financeiros de determinado período, apresentado pela contabilidade do exercício social relacionado ao meio ambiente e ao patrimônio da entidade. A evidenciação é o instrumento que pelo qual é possível efetuar análises quanto aos resultados alcançados pela entidade.

Pra Hendriksen e Breda (1999, p.512), a publicação das demonstrações contábeis representa vinculação de informação financeira referente a uma entidade dentro de um relatório financeiro. A publicação destas informações contábeis a cada dia mais abrangente nos relatórios, pois os usuários dessas informações almejam conter informações qualitativas e quantitativas pelas mesmas apresentadas.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.256), “O objetivo da evidenciação é o de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders”. De modo, que a evidenciação não se aborda apenas a publicação de informações contábeis sobre o desempenho da entidade, mais que compreende a publicação de toda e qualquer informação que possa afetar o patrimônio da empresa.

Pode-se afirmar que a evidenciação das informações contábeis tem por finalidade divulgar para os seus usuários, dados sobre o desempenho da empresa relacionado com a questão ambiental, bem como divulgar todos os dados que afetem o meio ambiente e o patrimônio das empresas.

Um dos fatos que ocasionou o aumento a divulgação dos gastos efetuados pelas entidades relacionadas com as ações ambientais, foi de promover a imagem da corporação de seus produtos e serviços, levando um fator positivo das informações ambientais apresentadas, provocando estímulo aos concorrentes a realizar a preservação do meio ambiente, resultando portando no benefício da sociedade como um todo.

Segundo Ribeiro (2006, p. 108), para ser realizada a evidenciação implica perguntar:

O que → todas as informações referentes aos eventos e transações envolvidos com a questão ambiental;

Como → com o nível de detalhamento estabelecido pela relevância dos valores e pela natureza dos fatos referentes à interação entre a entidade e o meio ambiente;

Quando → o registro contábil deverá ser realizado no momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares;

Onde → idealmente, no corpo das demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e natureza das informações a serem apresentadas.

Nos últimos anos, muitas entidades produziram e têm publicado diretrizes de conduta, linhas de ação e divulgação de informações de natureza ambiental. O fator que mais tem incentivado as entidades a elaborar seus relatórios ambientais são os prêmios e os *rankings* divulgados por diversos órgãos, em decorrência da atuação da entidade em relação ao meio ambiente. Paiva (2006, p. 45), descreve o que deve ser evidenciado como informação ambiental:

Todos os gastos e provisões efetuados com o meio ambiente devem ser evidenciados, assim como todas as situações relacionadas diretamente com a natureza que possam vir a prejudicar os interesses dos acionistas minoritários ou representem riscos para a continuidade da empresa e da sociedade. (PAIVA 2006, p. 45)

Segundo Paiva (2006), estes gastos podem ser identificados como voluntários ou involuntários:

- Voluntários: os gastos ambientais voluntários podem ser reconhecidos como aqueles realizados com as atividades operacionais como um todo, por exemplo: concepção de seus produtos, matérias-primas, processo produtivo com redução de resíduos, aquisição de equipamentos, treinamento do pessoal, que quando divulgados geram a expectativa de retorno por meio da imagem da entidade.
- Involuntários: os gastos ambientais involuntários ou compulsórios são identificados como os desembolsos ligados a imposições legais e penalidades diversas. Estes gastos devem ser classificados como perdas, portanto redutoras do patrimônio da entidade, ocasionando também grande desgaste na imagem da entidade.

Quando uma entidade começa a valorizar sua relação com o meio ambiente e adota conceitos preventivos, sua imagem diante a opinião pública da sociedade tende a ser diferenciada, fazendo com que a entidade obtenha a conservação dos consumidores atuais e atração de novos consumidores.

A evidenciação dos desembolsos relacionados ao meio ambiente e de relevante importância para atender as necessidades atuais, ou seja, a informação como instrumento de combate a crescente evolução de níveis de poluição e efeitos nocivos. (RIBEIRO 1992, p. 128)

No momento em que ocorra o fato gerador, à entidade deve solidificar as suas ações colocadas em prática na sua defesa, preservação e recuperação do meio ambiente. A postura antecipada no reconhecimento da preservação do meio ambiente e de atitude preventiva, e incide a ser apresentada. Toda e qualquer ação realizada pela entidade deve ser revelada aos usuários das informações contábeis ambientais como clientes, fornecedores, entre outros.

E de grande importância para a contabilidade ambiental à mensuração e a evidenciação dos fatores ambientais, que se relaciona de forma direta com a entidade e seu patrimônio. Providenciando subsídios para a geração de informação e controle para que o mesmo esteja auxiliando nas tomadas de decisões de seus gestores.

A inclusão dos aspectos econômicos da questão ambiental nos sistemas de contabilidade das entidades poderia, portanto, proporcionar uma maior capacidade de análise [...] dado que o Balanço Patrimonial é um relatório que mostra desempenhos acumulados e permite projeções de desempenhos futuros. (FERREIRA 1998, p. 25)

Pode-se perceber que a apresentação das informações contábeis ambientais deve estar evidenciada os gastos realizados com o meio ambiente no presente e também dos planos futuros de uma entidade, agindo assim de forma preventiva perante a preservação ambiental.

As formas de evidenciação dos fatos e transações ambientais, são habitualmente usadas pelas entidades, compostas pelo relatório da administração e notas explicativas, pois através dos mesmos demonstram o reconhecimento de gastos passados, presentes e futuros que serão realizados pela entidade.

2.7.1 Relatórios Administrativos

Ribeiro (1992, p.53-54), sugere as entidades na apresentação dos relatórios administrativos devem informar, quais são as políticas ambientais da entidade, entre elas:

- Comprometimento da entidade com as questões ambientais;
- Impacto de suas operações sobre o meio ambiente;
- Estágio de adequação de seu processo operacional e condições ambientais saudáveis;
- Conceitos adotados para reduzir os efeitos.

Os relatórios da administração como parte das demonstrações financeiras pode e deve apresentar a posição da direção da entidade relacionada à políticas colocadas em prática,

ressaltado os pontos não somente positivos, mas também os negativos decorrentes das políticas ambientais executadas incorretamente, assim com as provisões adequadas além de ser auditado.

2.7.2 Notas Explicativas

A Comissão de Valores Mobiliários CVM, o principal órgão fiscalizador vigente no Brasil, obriga as entidades de capital aberto a publicarem os demonstrativos financeiros acompanhados das notas explicativas, sob a deliberação que aprova a Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral. Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

Os autores Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 363), esclarecem o objetivo das notas explicativas:

Visam fornecer informações necessárias para o esclarecimento as situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou valores relativos a resultados do exercício, ou ainda, para mensuração de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial. (IUDÍCIBUS; MARTINS E GELBCKE 2000, p. 363)

Segundo Paiva (2006), pode-se encontrar nas notas explicativas um maior esclarecimento sobre as informações apresentadas de forma que o usuário consiga obter grande compreensão dos dados fornecidos, como:

- Medidas preventivas usadas para redução ou eliminação de impactos ambientais;
- Certificação de normas ambientais e obtenção de selos específicos de qualidade ambiental;
- Informações qualitativas e quantitativas não monetárias sobre impactos ambientais ocasionados pela empresa;
- Capacitação e orientação profissional interna visando à qualidade da gestão ambiental da companhia;
- Passivos ambientais, entre outros.

Como instituído a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, no §5º do art. 176 (Planalto), relata os fatos que deverão se expressos em notas explicativas, as quais são:

§ 5º As notas explicativas devem:

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

Esta lei 6.404/76, art.176, prevê nove casos em que os acontecimentos deverão ser expressos em notas explicativas. De modo, em que todo fato decorrente no exercício da companhia que tenham ou possa vir a apresentar efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros tratando-se da continuidade da companhia na apresentação dos demonstrativos financeiros, devem estar evidenciado de forma, mas detalhada para esclarecimento sobre estes fatos em notas explicativas, conforme deliberação CVM Nº 727.

A entidade deve manter programas e procedimentos para auditorias periódicas, pois é de grande relevância a verificação do nível de conformidade nas atividades de uma entidade, vistas à continuidade da entidade sem cometer agressão ao meio ambiente.

2.8 Mensuração

Os critérios, avaliação de iniciativas e passivos ambientais que afetam diretamente as informações apresentadas nas demonstrações relacionadas ao pensamento sustentável, em termos as entidades empregam a sua imagem à transparência dos fatos decorrentes pela mesma, diante a execução de suas atividades a proteção e preservação do meio ambiente, os gastos gerados para que não causasse danos ao meio ambiente ou a recuperação de danos causados pela entidade. Ferreira, 2003, p.53, descreve sobre a responsabilidade das entidades quanto à apresentação destas informações:

Na atual crise ética e de responsabilidade social que o mundo vem sofrendo atualmente, torna-se imprescindível demonstrar que o meio ambiente é de suma importância para o bem estar da sociedade, e que as empresas necessitam conscientizar-se de que usufruem tal matéria-prima em suas atividades e que precisam perceber que existe um custo embutido na utilização dos recursos naturais. (FERREIRA 2003, p.53)

Independente da forma e método utilizado para a mensuração das contas patrimoniais, este procedimento se torna primordial para a realização de diversas operações, como o levantamento das demonstrações financeiras a definição de custos e resultados.

As decisões mais importantes das atividades relacionadas com o meio ambiente estão ligadas a aspectos operacional, econômico e financeiro da gestão. Tais mensurações desses eventos devem ter as seguintes capacidades: estabelecer como mensuração, uma entidade monetária; permitir a avaliação dos ativos pelos benefícios futuros que eles poderão proporcionar a entidade; permitir a avaliação dos passivos pelo valor presente [...]. (GARCIA 2013, p.95)

A finalidade da mensuração é o evento econômico, e este deve representar para a tomada de decisão. As decisões mais importantes relacionadas com a atividade do meio ambiente estão acopladas a aspectos operacionais, econômicos e financeiros da gestão. Para Ferreira (2003, p.53), a mensuração desses eventos deve ter a capacidade de:

- Estabelecer como unidade de mensuração a unidade monetária;
- Permitir à avaliação dos ativos pelos benefícios futuros que ele poderá propiciar a entidade;
- Permitir à avaliação de passivos, dos custos incrementais diretos que podem ocorrer com a reparação, obrigações com controle após a reparação dos danos ambientais;
- Custos dos salários e encargos sociais aos trabalhadores vinculados ao processo de restauração ambiental;
- Permitir a previsão de passivos contingentes, pelo valor presente da expectativa de restrições futuras sobre os ativos;
- Processo tecnológico à medida que seja provável que as autoridades públicas recomendem a utilização de novas tecnologias, entre outros.

A mensuração tem por intenção de estabelecer relação entre os recursos produzidos de bens e serviços, e os recursos consumidos para sua produção, para que as decisões a serem tomadas pelos seus gestores e administradores estejam respeitando o aspecto ambiental.

2.8.1 Balanço Social

O balanço social é um instrumento de informações da entidade que visa demonstrar de forma mais transparente possível sobre dados econômicos e sociais do desempenho da empresa para os seus usuários. Isto se implica a responsabilidade, e dever de comunicar com

exatidão informações de sua atividade, de modo que seus usuários possam compreender e avaliar estes dados apresentados pelas entidades.

Segundo Kraemer e Tinoco (2008, p. 88):

O balanço social contempla, também, uma série de informações de caráter qualitativo: dentre os mais importantes, destacam-se as relativas a ecologia, em que se evidenciam os esforços que as empresas veem realizando para não afetar a fauna, a flora e a vida humana, vale dizer, as relações da entidade com o meio ambiente; ao treinamento e a formação continuada dos trabalhadores; as condições de higiene e segurança no emprego; as relações profissionais; as contribuições das entidades para a comunidade, explicitando a responsabilidade social e corporativa das organizações. (KRAEMER E TINOCO 2008, p.88)

Devem estar demonstrado no balanço social não somente os efeitos positivos da atividade econômica geradas pelas entidades mais também devem conter seus efeitos negativos. O que se espera é obter um instrumento em que permita a sociedade perceber se o processo produtivo da empresa forneceu uma contribuição social positiva ou contrária em relação ao meio ambiente.

Segundo Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 95), a apresentação apenas de contribuições positivas no balanço social faz com que mencionado demonstrativo se aparte de seu objetivo, que é apresentar dados qualitativos e quantitativos sobre a contribuição da entidade sendo ela negativa ou positiva perante a sociedade e ao meio ambiente.

Desta forma, fica evidente em que as entidades não devem apenas se preocupar com aspectos financeiros, mais também com o que a entidade tem realizado com a sociedade e o meio ambiente onde se encontra inserida, pois possui as estruturas para fornecimento de tais dados através da preparação e divulgação do balanço social.

Ressalta Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p.80), em que expõe quatro vertentes para o Balanço social, que são: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, demonstração do valor adicionado (DVA) e benefícios e contribuição para a sociedade em geral:

- Balanço ambiental: é referente aos gastos e investimentos relacionados à preservação e prevenção recursos naturais;
- Balanço de Recursos Humanos: evidencia informações pertinentes a força do trabalho usada na corporação, como: quantidade de empregados, remuneração, aproveitamento da mão de obra qualificada, investimentos para melhoramento e especialização de seus

colaboradores, custos incorridos com assistência médica, social, alimentação, transporte, entre outros;

- Demonstração do Valor Adicionado (DVA): é considerada a parte mais importante do balanço social, pois busca demonstrar a capacidade da entidade em gerar e distribuir riquezas.
- Benefícios e contribuição à sociedade: relata o que a organização tem feito em termos de benefícios à sociedade. Demonstra o grau de responsabilidade social admitido pela companhia e presta conta à sociedade sobre o uso dos recursos naturais.

Para Costa (2012, p. 179), as entidades podem planejar e executar um conjunto de atividades que resultem em benefícios para os colaboradores, a sociedade, o meio ambiente e para si própria, com base nos resultados auferidos e indicadores de desempenho apresentados no balanço social.

No mundo todo, as exigências previstas em defesa da sociedade e do meio ambiente estão cada vez mais presentes, como por exemplo, os consumidores a cada dia que se passa tem a tendência de adquirir produtos e serviços de empresas que respeitam as normas de proteção ao meio ambiente e contribuam como a sociedade como um todo.

Para fins de aplicação das informações obrigatórias a serem divulgadas, aprovou-se a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Esta Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. 15.1.2 - Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente. (CFC, 2006)

Na elaboração da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, de acordo com os métodos determinados pela NBC T 15.

O Modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Economia (Ibase):

1.Base de Cálculo	2014 Valor (mil reais)		2015 Valor (mil reais)	
Receita líquida				
Resultado operacional				
2.Indicadores sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RL
Alimentação				

Encargos sociais compulsórios				
Previdência privada				
Saúde				
Segurança e saúde no trabalho				
Educação				
Cultura				
Capacitação e desenvolvimento profissional				
Creches ou auxílio creche				
Participação nos lucros ou resultados				
Outros				
Total- indicadores sociais internos				
3. Indicadores sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RL
Educação				
Cultura				
Saúde e saneamento				
Esporte				
Combate com a fome e segurança alimentar				
Outros				
Total das contribuições para a sociedade				
Tributos (excluídos encargos sociais)				
Total- Indicadores sociais Externos				
4.Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa				
Investimentos em programas e/ou projeto externos				
Total de investimentos do meio ambiente				
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() Não possui metas () Cumpre de 51% a 75% () Cumpre 0% a 50% () Cumpre de 76% a 100%		() Não possui metas () Cumpre de 51% a 75% () Cumpre 0% a 50% () Cumpre de 76% a 100%	
5.Indicadores do corpo funcional				
Nº de empregados (as) ao final do período				
Nº de admissões durante o período				
Nº de empregados (as) terceirizados (as)				
Nº de estagiários (as)				
Nº de empregados (as) acima de 45 anos				
Nº de mulheres que trabalham na empresa				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres				
Nº de empregados negros (as) que trabalham na empresa				
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)				
Nº de pessoas portadores (as) de deficiências ou necessidades especiais				
6.Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015		METAS	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				
Numero total dos acidentes de trabalho				

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	☐ direção ☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as)	☐ direção ☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as) ☐ todos(as) + CIPA	☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as) ☐ todos(as) + CIPA
Quando a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	☐ não me envolve ☐ segue as normas das OIT ☐ incentiva e segue a OIT	☐ não me envolvera ☐ seguira as normas das OIT ☐ incentivara e seguira a OIT
A previdência privada contempla:	☐ direção ☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as)	☐ direção ☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ direção ☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as)	☐ direção ☐ direção e gerencias ☐ todos(as) empregados(as)
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	☐ não são considerados ☐ não sugeridos ☐ não exigidos	☐ não serão considerados ☐ serão sugeridos ☐ serão exigidos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	☐ não me envolve ☐ apoia ☐ organiza e incentiva	☐ não me envolvera ☐ apoiara ☐ organizara e incentivara
Numero total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na Empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____	Na Empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____
% de reclamações e críticas solucionadas:	Na Empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %	Na Empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2014:	Em 2015:
Distribuição do valor adicionado (DVA)	_____ % Governo _____ % Colaboradores (as) _____ % Acionistas _____ % Terceiros _____ % Retido	_____ % Governo _____ % Colaboradores (as) _____ % Acionistas _____ % Terceiros _____ % Retido
7.Outras Informações		

Tabela 1: Modelo de Balanço Social IBASE.

Fonte: Site Ibase

Não existe obrigatoriedade para a elaboração do balanço social, mas existe um anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404/76, que tem por finalidade adaptar a parte contábil de modo a atender a necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis fornecidas pela mesma, assim eliminando e diminuindo as dificuldades de interpretação encontradas nas informações contábeis, entre outras finalidades. Isto se deu origem pelo surgimento de uma nova realidade econômica no Brasil, diferente do que existiam anos atrás, com o crescimento de mercados no processo de globalização da economia.

2.8.2 Balanço Ambiental

O balanço ambiental representa a parte demonstrativa de ativos e passivos ambientais, realizado em um determinado momento, apresentando os fenômenos ambientais que ocorreram em um determinado período na gestão ambiental.

Iudícibus (2000, p. 31), sobre balanço ambiental relata:

O Balanço Ambiental reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção e recuperação destes; os investimentos em equipamentos e tecnologias voltadas a área ambiental e os passivos ambientais. (IUDÍCIBUS 2000, p.31)

Devem estar evidenciados no balanço ambiental os ativos ambientais que são os bens adquiridos, investimentos realizados para desenvolvimento de tecnologias que constituam benefícios e ações que irão refletir no resultado da corporação, e também devem estar evidenciados os passivos ambientais que representa obrigações destinadas para extinção ou diminuição dos danos causados ao meio ambiente.

Segundo Costa (2012, p. 184), tem por principal finalidade tornar clara, toda e qualquer atitude com ou sem finalidade de lucro, que possa influenciar ou a vir influenciar o meio ambiente, em que se certificando que os ativos e passivos sejam reconhecidos no período em que ocorra à sua identificação, conforme os princípios fundamentais da contabilidade.

O conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) citado por Paiva (2006, p.65) relata que a ecoeficiência e saber convencionar o desempenho econômico e ambiental, diminuindo impactos ambientais, utilizando mais prudentemente matérias-primas e energia, reduzindo os riscos de acidente e melhorando a relação da organização com os seus usuários. Elementos da ecoeficiência:

- Reduzir o consumo de materiais com bens e serviços;
- Reduzir o consumo de energia com bens e serviços;
- Reduzir a dispersão de substâncias tóxicas;
- Intensificar a reciclagem de materiais;
- Maximizar o uso sustentável dos recursos naturais;
- Prolongar a durabilidade dos produtos;
- Agregar valor aos bens e serviços.

A importância de um caráter ambiental, e vista de forma decisiva sendo este novo conceito como direcionamento na execução das atividades das corporações, sendo à base da sustentabilidade.

No Brasil, este conceito vem ganhando força a partir da criação do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, que agrupa grandes corporações e tem como missão gerar o desenvolvimento sustentável no setor empresarial, por meio do conceito de ecoeficiência.

2.8.3 Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

O DVA pode ser definido como um informativo contábil que contem por finalidade evidenciar, de forma sintética, os principais valores referentes à formação de toda a riqueza gerada pela corporação em apurado exercício social, bem como sua respectiva destinação ou como é denominado no instrumento de distribuição.

Ribeiro (2006, p.16), descreve sobre a demonstração de valor adicionado, como:

A DVA objetiva evidenciar os benefícios proporcionados em prol da comunidade como um todo. Informa quanto à empresa adicionou, no período, aos recursos adquiridos de terceiros e como distribui esse valor adicionado entre remuneração da mão-de-obra e do uso de capital de terceiros (juros e aluguéis), impostos pagos ao governo, remuneração do capital próprio (juros dividendos sobre ele e lucros retidos). (RIBEIRO 2006, p. 16)

O conjunto de dados de natureza econômica, sendo um relatório contábil que se dispõe a demonstrar o valor da riqueza originada pela entidade e a distribuição para os elementos que contribuíram para a sua geração.

Para Costa (2012, p. 190), além de poder identificar o desempenho econômico da organização, pode ser identificada a distribuição destes recursos, como participação: governo, colaboradores, acionistas que são os investidores do negócio, entre outros.

A riqueza e gerada distribuída pela organização, deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado definida na NBC T 3, detalhada pela NBC T 3.7. A sua conceituação e disposições gerais, são:

3.7.1.1. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações econômicas e financeiras, relacionadas ao valor adicionado pela entidade e sua distribuição.

3.7.1.2. Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.

3.7.1.3. As informações devem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 13.06.2015)

Os dados devem ser retirados da contabilidade e os valores informados devem ter como base nas normas contábeis vigentes, tendo como base o princípio contábil da competência. O DVA deve ser apresentado de forma comparativa mediante a sua divulgação, e deve ser realizada como informação complementar as Demonstrações Contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

Segundo Garcia (2013, p. 132), a demonstração do valor adicionado, pode ser usada como uma ferramenta de avaliação de desempenho no que se refere à geração de riqueza por parte da entidade, seja ela por tipo, área da atividade desenvolvida. Ela permite a avaliação ao estimar-se a eficácia operacional em termos de uso dos fatores de produção que estão à disposição da corporação para a produção de bens ou serviços.

A demonstração de valor adicionado integra-se ao Balanço Social, deste modo, pode ser constituída uma expressiva fonte de dados que complementa as informações divulgadas no balanço social, contendo a mesma finalidade de atender os usuários interessados nas ações da corporação.

2.8.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A DRE tem por desígnio principal apresentar de forma resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas no final do exercício, se a empresa obteve no final deste determinado período lucro ou prejuízo líquido do exercício.

A demonstração de resultado do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos (ASSAF NETO 2000, p. 75)

Os dados que compõe a demonstração de resultado do exercício são as receitas, despesas, custos que a corporação teve durante determinado exercício.

Logo abaixo na tabela 02 e apresentado um formato de DRE ambiental, onde pode ser informado o performance da entidade em termos ambientais. No tabela logo abaixo apresenta um modelo de DRE Ambiental:

Demonstração de resultado do exercício	
Receita Bruta	R\$
(-) Custos da produção	
Itens usuais	
Custos	
▪ Depreciação de equipamentos antipoluentes ▪ Insumos antipoluentes ▪ Mão de Obra utilizada no controle do ambiente	
(=) Lucro Bruto	
(-) Despesas Operacionais/ Administrativas/ Financeiras	
Itens usuais	
Despesas	
▪ Gastos incorridos na área administrativa ▪ Taxas ou despesas com regulamentação do ambiente	
(=) Resultado Operacional	
(+/-) Resultado não operacional	
Itens usuais	
Gastos não operacionais	
▪ Multas por infração a legislação ambiental ▪ Penalidades por agressões ao meio ecológico	
(=) Resultado Líquido antes dos impostos	
(=) Resultado Líquido depois dos impostos	
(=) Lucro/ Prejuízo Líquido do Exercício	

Tabela 2: Demonstração do resultado do exercício em termos ambientais.

Fonte: Adaptado, Ribeiro (2006, p. 129)

Desta forma ficam evidente os impactos ambientais através do desempenho da entidade no final do exercício onde é demonstrada a receita bruta da empresa (-) deduções, (-) custos, (-) despesas. É demonstrado um resultado antes e depois do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). E de grande importância para as companhias apresentar o demonstrativo ambiental, deixando transparecer para a sociedade, acionistas e demais interessados, a forma que a companhia trabalha com respeito e responsabilidade ambiental.

2.9 Sistema de Informação da Contabilidade ambiental (SICA)

O SICA foi projetado para se adequar ao ambiente tecnológico empregado na entidade, garantindo as condições de desempenho, disponibilidade, responsabilidade de processamentos definidos.

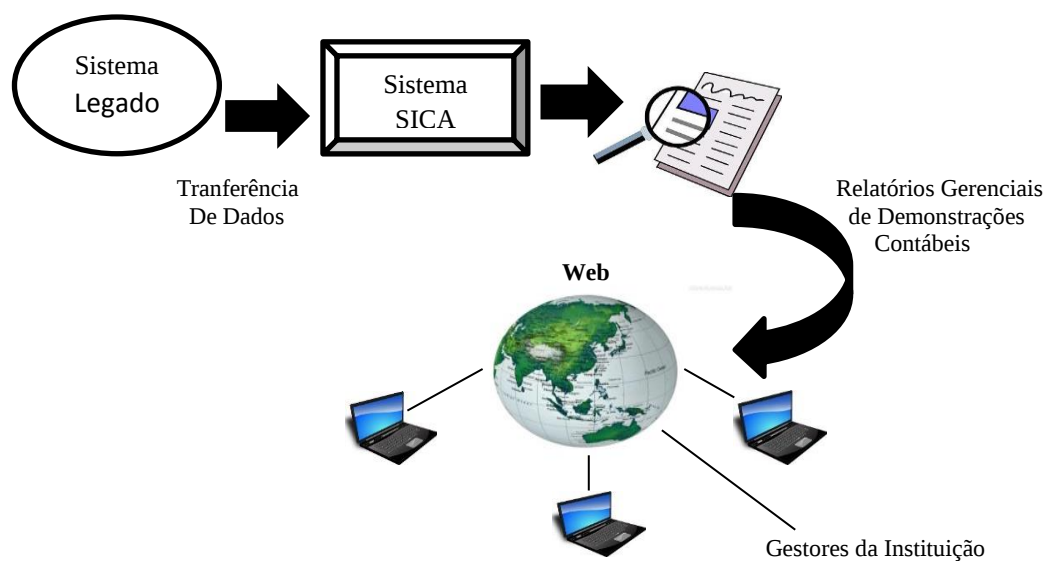


Figura 6: Workflow de dados e informações no SICA.
Fonte: Adaptado, de Braga (2010, p.117)

Para Braga (2010, pag. 117), este sistema age como a transmissão de informações da empresa do sistema legado usada, onde os dados são validados, estruturado na SICA que servirão para a elaboração de relatórios gerenciais de demonstrações contábeis do meio ambiente. Devido à arquitetura adotada os relatórios poderão ser acessados através de um navegador WEB (*browser*), facilitando e agilizando à tomada de decisões estratégicas.

Este sistema permite a geração de relatórios contábeis, como: balancete, balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício (DRE), plano de contas do meio ambiente. Esses relatórios podem ser gerados em diversos formatos: PDF, HTML, entre outros ficando a critério do usuário.

Este *software* supre as necessidades dos usuários internos da entidade podendo ser facilmente adaptado para suportar outros ambientes tecnológicos. A arquitetura abraçada torna a SICA uma ferramenta bastante moldável a realidades de outras entidades também interessadas na gestão ambiental.

Este foi apenas um dos sistemas de informação da contabilidade apresentados, existem também outros sistemas que são utilizados pelas empresas para estar facilitando a transmissão de informações por elas executadas.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Lakatos e Marconi (2011, p. 44), o objetivo da metodologia de pesquisa está na obtenção da verdade, por meio de comprovação de hipóteses que por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica que explica a realidade. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e lógicas que com maior garantia e economia, permite alcançar sua finalidade: conhecimentos válidos e verdadeiros, delineando caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas decisões do pesquisador.

A metodologia como pesquisa, significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos, bem como a averiguação sobre os caminhos vigentes e ocorridos. De forma, em que o método deve consentir aos pesquisadores, retratar procedimentos daquele que alcança um resultado verdadeiro, permitindo a compreensão do caminho adotado no processo de investigação.

O método usado para a realização deste trabalho foram pesquisas com as quais disponibilizaram alcançar o objetivo deste trabalho. Desta forma, para a obtenção de maiores informações na sua elaboração, foram realizadas com base em pesquisa de livros, artigos, revistas, sites de órgãos governamentais, normas e leis.

3.1 Quanto aos fins

3.1.1 Pesquisa Descritiva

A pesquisa descritiva tem por desígnio primordial à descrição das características de determinada população ou fato ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e umas dos seus atributos, mas expressiva esta no uso de técnicas produzidas de coleta de dados.

Para Gil (1999, p. 44), as pesquisas descritivas salientam aqueles que contem por alvo estudar as características de um grupo, como: sua classificação de idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, entre outros. Outras pesquisas deste nível são as que propõem estudar o nível de entendimento dos órgãos públicos de uma sociedade, as condições de habitação, de seus habitantes, o índice de criminalidade que se registra, etc.

Neste grupo também são incluídos as pesquisas que em sua finalidade esta em levantar opiniões, atitudes e crenças da população. As pesquisas descritivas são aquelas que visam

descobrir existência de associações entre variações como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência partidária, nível de rendimentos e escolaridade.

Esta pesquisa foi utilizada neste trabalho, pois disponibilizou estudar um grupo de empresas pela qual seu ramo de atividade contém ligação direta com o meio ambiente. Desta forma, buscando analisar como estas entidades realizavam a evidenciação, mensuração e registros contábeis sobre os danos por elas causados ao meio ambiente.

Assim, foi possível avaliar como estas empresas agem diante das questões ambientais propostas neste trabalho, sendo selecionados 03 distintos ramos de atividades de diferentes mais que por fins, contém ligação na execução de suas atividades que estão relacionadas ao meio ambiente. Deste modo, tendo como finalidade analisar e interpretar as informações pelas entidades fornecidas, apresentados os de formas fidedignas para o apanhamento dos resultados.

3.2 Quanto aos meios

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

A partir de uma pesquisa na área a ser feita, como resumo de um assunto, que se constitui pelo primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Portanto todos os acadêmicos de institutos e faculdades devem, portanto, ser iniciados nos métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica.

Para Cervo e Bervian (2002, p. 65), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicado em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, buscam conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Segundo Gil (1999, p. 65), esta pesquisa é desenvolvida a partir do material já preparado, formado principalmente de livros e artigos científicos. Partes dos estudos exploratórios podem ser determinadas como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Relata Severino (2007, p. 122), é aquela que se realiza a partir de registros disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos como: livro, artigos, teses, entre outros. De modo em que e utilizados dados já trabalhados por outros pesquisadores, onde que os

textos tornam-se fontes dos temas a serem analisados, onde o pesquisador trabalha a partir dos subsídios dos autores dos estudos analíticos constantes do documento.

Todas as informações expostas neste trabalho se devem ao imenso acervo literário estudado para à realização da pesquisa bibliográfica. Deste modo, todo o referencial teórico descrito neste trabalho foi realizado com base em livros, artigos publicados e entre outros materiais utilizados já descritos na metodologia de pesquisa, onde se podem reunir conhecimentos a temática pesquisada pelo tema proposto.

3.2.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é usada com o desígnio de conseguir dados e/ou conhecimentos de um problema, de modo a procurar uma resposta ou de uma hipótese, que se deseje comprovar ou ainda mesmo encontrar novos fenômenos ou as relações entre eles.

Relata Severino (2007, p. 123), a pesquisa de campo tem por finalidade e seu meio ambiente próprio, a coleta de dados e realizados nas condições naturais em que os fenômenos acontecem, sendo assim diretamente analisados, sem intervenção e manejo por parte do pesquisador. A pesquisa de campo abrange desde os levantamentos, que são mais descritivos até os estudos mais analíticos.

Segundo Gil (1999, p. 65), estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes, assim a pesquisa de campo tende a empregar muito mais técnicas de observação do que de interrogatório.

O mesmo consiste na observação dos eventos e fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se preveem relevantes para analisá-los, onde é exigido contar com controles adequados e com alvos estabelecidos que discriminem o suficiente o que deve ser coletado.

Segundo Gil (1999, p. 65), este tipo de pesquisa tem por procurar muito mais aprofundamento das questões propostas do que a classificação das características da população segundo determinadas variáveis, como efeito o planejamento da pesquisa de campo muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus desígnios sejam reformulados ao longo do método de pesquisa.

Neste trabalho como o tema escolhido é de grande complexidade, por se tratar de um dos assuntos mais estudados e avaliados pelo mundo todo, pois dependemos destes recursos naturais para à nossa sobrevivência, com o qual o meio ambiente nos fornece.

Esta pesquisa concedeu à este trabalho conseguir alcançar respostas claras e objetivas nas perguntas contidas no questionário aplicado, para obtenção de resultado e a conclusão deste trabalho.

3.2.3 Coleta de Dados

Para a realização deste trabalho foram escolhidas 09 empresas, onde foi feito a aplicação de um questionário, que se consta anexado no Apêndice A. As empresas pelas quais participaram desta pesquisa não obteve nenhuma afinidade maior pela escolha das mesmas, desta maneira estas empresas foram selecionadas pelo fato de à autora deste trabalho conter convívio com pessoas pelas quais trabalham de forma direta com estas entidades. Deste modo, não existindo nenhuma possível alteração dos dados fornecidos por estas entidades, sendo apresentadas as informações conforme respondido pelas pessoas representantes destas entidades.

Este questionário foi aplicado a 09 (nove) empresas localizadas na cidade de Juína-MT, com a qual a sua atividade continham contato direto com o meio ambiente. Desta forma, para uma maior análise foi optado por três ramos de atividades distintos: Madeireiras, Frigoríficos e Olarias. Sendo distribuído o questionário entre 04 madeireiras, 02 frigoríficos e 03 olarias, como pode ser visto na tabela 04 abaixo:

DADOS DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO		
APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	EMPRESAS	QUESTIONÁRIO RESPONDIDO
04	Madeireiras	03
02	Frigoríficos	02
03	Olarias	01

Tabela 3: Dados da aplicação do questionário

Fonte: A autora.

Existe um percentual muito grande de madeireiras existentes no município de Juína-MT, então ficaria muito extenso até mesmo no momento de ser realizado à análise das informações por elas fornecidas, então foram selecionadas apenas 04 (quatro) Madeireiras

pelo motivo ao qual já citado. Em nossa região existem apenas 02 (dois) Frigoríficos onde foi selecionado mandar para as estas duas empresas, onde as mesmas tiveram a disponibilidade de estar respondendo ao questionário.

Com relação ao ramo de atividade de Olarias localizadas no município de Juína-MT foram encontradas 04 (quatro) Olarias, onde foi possível ser encaminhado o questionário apenas para 03 entidades, pois somente foi localizado os responsáveis por estas entidades.

Todos os questionários foram enviados as empresas através de e-mail, consultando os responsáveis primeiramente via telefone se poderia ser feito o envio do mesmo. Dos 09 (nove) questionários encaminhados à estas entidades, apenas 06 (empresas) responderam a estes questionários me encaminhando novamente, sendo 04 (quatro) encaminhados por e-mail e 02 (dois) que foram entregues em mãos, sendo estas empresas: 03 (três) Madeireiras, 02 (dois) Frigoríficos e 01 (um) Olaria, com o qual foi possível estar realizando uma análise das informações fornecidas pelas mesmas, que estão apresentadas no resultado deste trabalho.

As empresas selecionadas não autorizarão à divulgação do nome das mesmas pesquisadas para este trabalho, por motivos maiores pelos responsáveis não mencionados. Desta forma, apenas foram autorizadas a divulgação dos dados pelos mesmos disponibilizados, respeitando o pedido dos responsáveis pela não divulgação do nome destas entidades, não foi citado em nenhum momento o nome destas empresas na preparação deste trabalho.

Buscando verificar como estas empresas efetuam a evidenciação, mensuração e registros contábeis dos danos ambientais por elas causados, foram elaborados ao questionário 18 (dezoito) perguntas para obtenção de informações precisas, contendo o questionário 02 (páginas). As perguntas formadas foram realizadas de forma aberta e fechada para que os participantes pudessem estar respondendo de forma mais clara algumas perguntas contidas no questionário.

Apresentando de forma clara as perguntas elaboradas, sendo distribuídas: 01 á 04 foi organizada para um maior conhecimento do responsável que se submeteu à estar respondendo ao questionário como, sexo, idade, cargo exercido, tempo de empresa. Da pergunta 05 á 08 foi para conter um maior conhecimento da empresa ao qual e o alvo da pesquisa que está sendo realizada, como: ramo de atividade da empresa, tempo de existência da empresa, número de funcionários, enquadramento tributário. A partir das perguntas 09 a 16 foi questionada a parte proposta como objetivo deste trabalho, como: se as empresas realizam à evidenciação dos atos

e fatos contábeis, realizam mensuração dos impactos ambientais, se os diretores responsáveis por estas empresas têm consciências dos problemas ambientais causados pela atividade desenvolvida por elas, se possuem programas de recuperação do meio ambiente, entre outras questões ambientais questionadas.

Este questionário foi aplicado para ser realizada a coleta de dados, buscando observar como estas empresas se comportam a partir do momento em que se refere às questões ambientais encontradas, qual a preocupação destas entidades com o meio ambiente, se as mesmas contêm um planejamento, para a conservação, proteção e recuperação com o meio ambiente, todos estes pontos e entre outros, foram colocados no questionário para que fosse possível realizar uma análise dessas informações coletadas e o leitor pudesse entender de forma clara a apresentação do resultado coletado.

3.3 Quanto à abordagem do problema

3.3.1 Pesquisa Qualitativa

Pode ser reconhecida a pesquisa qualitativa como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características das situações apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

Para Marconi e Lakatos (2011, p. 271), na pesquisa qualitativa procura responder a questões particulares, onde se preocupa com o grau de realidade que não pode ser quantificado, onde se trabalha com um universo de significados, como: motivos, crenças, valores, atitudes.

Assim, esta pesquisa enquadra-se como qualitativa, pois buscamos entender como as empresas participantes da pesquisa, registram e mensuram seus custos referentes às questões voltadas aos danos causados ao meio ambiente.

4. PESQUISA DE CAMPO

4.1 Histórico de Juína-MT

A região de Juína-MT antes da chegada dos colonizadores era habitada por povos indígenas Cintalarga, Rikbatsa e Enawenênawê. Deu-se início à esta ocupação pelos colonizadores devido à construção da rodovia AR-1 que ligaria a cidade de Vilhena-RO a Aripuanã-MT. Desde aquela época até os tempos de hoje esta região é amplamente rica em povos indígenas, mesmo após tantas mudanças nesta região, possuindo diversas aldeias.



Ilustração 1: Tribo Enawenênawê em ritual de pesca década de 80.

Fonte: brasilfront.xpg.uol.com.br

Conforme dados IBGE (2014), com a construção da rodovia AR-1, que liga a cidade de Vilhena, no Estado de Rondônia, à de Aripuanã-MT, o que era de difícil acesso na época de 1970. Competiu aos diretores e colaboradores da CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso e SUDECO- Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, à iniciativa do Projeto Juína formalizado no ano de 1976, que previa a implantação de uma colonização na Amazônia mato-grossense, com o desígnio de criação de infraestrutura nesta região onde à sua economia básica estava fixada ao processo produtivo de matéria prima, como: cacau e café, seguido também de pimenta, madeira, guaraná, castanha, entre outros.



Ilustração 2: Plantio de Café, Juína-MT (2014).

Fonte: www.juina.mt.gov.br



Ilustração 3: Castanha, Juína-MT (2013).

Fonte: coopavam.org.br

O projeto ocupava uma área de 411 mil ha, divididos em lotes rurais de terras férteis, localizados na região do Alto Aripuanã e Juína Mirim, sendo aprovado pelo INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da portaria nº 904, de 19 de setembro de 1978, este projeto foi considerado o de maior êxodo de colonização da Codemat.

A partir deste momento inúmeras famílias migraram para esta região, que passou a ter um crescimento acelerado onde teve a criação do distrito de Juína e, em 09 de maio de 1982 passou a ser município com 30 mil km² desmembrados do município de Aripuanã, Conforme dados IBGE (2014). Desta maneira o município de Juína teve forte tendência para evolução no campo à agricultura e da pecuária, também conteve à garimpagem de diamantes onde foram localizadas diversas jazidas na região através de pesquisas realizadas, o que acabou fazendo história em Juína.



Ilustração 4: Extração de Diamantes.

Fonte: www.juinaagora.com.br

Nesta região também foi descoberto um extraordinário potencial de madeiras nobres existentes onde se constituiu em uma grande fonte de renda dos colonizadores destacando-se

entre está rica madeira bruta: o mogno, cerejeira, ipê, amarelinho, e outras mais de 20 espécies utilizadas na indústria de móveis, construção civil, assegurando uma ampla receita para estes colonos.

Juína passou a ser conhecida como “Rainha da Floresta” por conter um grande acervo de madeiras ricas encontradas nesta região. O desenvolvimento neste município aconteceu de forma acelerada por possuir tantas riquezas no mesmo lugar, como: terras férteis para o plantio, jazidas de diamantes e madeiras nobres, onde se constituiu o forte crescimento no ramo de atividade de madeireiras.

Com o índice de crescimento da população neste município, o crescimento da expansão comercial também surgiu em ritmo acelerado para atender a esta população, deste modo foi preciso o surgimento de diversos outros ramos de atividades como olarias que veio para atender o comércio de construção civil que teve grande percentual de participação no crescimento deste município, comércio de frigoríficos, entre outros atendendo a toda a população.

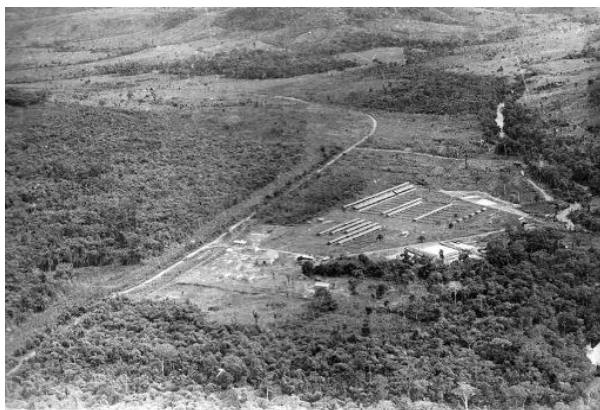


Ilustração 5: Projeto de Colonização de Juína em 1977

Fonte: www.mtaquionline.com.br



Ilustração 6: Juína-MT em 2015.

Fonte: www.mtaquionline.com.br

Serrarias também tiveram grande marco histórico, onde colonizadores foram se aperfeiçoando e além de vender torras começaram a produzir madeira beneficiadas, fazendo com que este ramo de atividade atraísse cada vez mais pessoas a trabalharem nesta área.

4.1.2 Dados gerais de Juína-MT

No quadro abaixo serão apresentados dados gerais sobre a cidade de Juína-MT.

DADOS DA CIDADE DE JUÍNA-MT	
Extensão Territorial	26.189,913 Km ²
Clima	Tropical (Com duas estações climáticas, período de chuvas e período de seca)
Limites (Pólo Regional)	Brasnorte, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã e Rondolândia.
Área destinada a Pecuária (2013)	Aquicultura: 226.341 kg Bovino: 624.450 cabeças Bufalino: 71 cabeças Caprino: 275 cabeças Equino: 5.313 cabeças Galináceos: 108.361 cabeças Leite: 7.371 mil litros Mel: 20.200 kg Ovino: 3.644 cabeças Ovos de Galinha: 250 mil dúzias Suíno: 13.190 cabeças Vacas Ordenhadas: 6.300 cabeças
Área destinada a Agricultura (2013)	Lavoura Permanente: 2.400 hectares Lavoura Temporária: 2.992 hectares
População (CENSO DEMOGRÁFICO 2010)	39.255 mil habitantes
População no Campo	5.295,00 Habitantes
População Urbana	33.960,00 Habitantes
População (Estimativa 2015)	39.688 Habitantes
Área	26.189, 913 km ²
Bioma	Cerrado e Amazônia
PIB- Per capita (per capita a preços correntes - 2012)	16.336,25 reais
IDH (2014)	0,716
SAÚDE (Estabelecimento de Saúde - 2010)	Federais: 0 Estaduais: 0 Municipais: 22 Privados: 6

Transportes (IBGE/DENATRAN 2014)	Automóveis: 4.665 Caminhões: 1.004 Caminhões-trator: 205 Caminhonetas: 2.361 Caminhonetas: 164 Micro-ônibus: 20 Motocicletas: 10.733 Motonetas: 4.014 Ônibus: 90 Tratores: 02 Utilitários: 125
Eleitores (TSE – 2014)	29.856 Eleitores
Data da Emancipação Política	09 de maio de 1982
Primeira Eleição	Primeiro Prefeito: Orlando Pereira
Como Está Distribuído: (PIB- Produto Interno Bruto- Valor adicionado-2014)	Comércio: 192.156,00 Indústria: 85. 716,00 Prestação De Serviços: 314.950,00
Números de Escolas Por Nível (CENSO 2012)	Pré-escolar: 13 Fundamental: 22 Médio: 05
Numero de Docentes Por Nível (CENSO 2012)	Pré-escolar: 134 Fundamental: 316 Médio: 45
Matriculas Por Nível (CENSO 2012)	Pré-escolar: 999 Fundamental: 6.309 Médio: 2.258

Tabela 4: Dados Gerais da cidade de Juína-MT

Fonte: Adaptado. IBGE/TSE

4.2 Análises do Questionário

Através do questionário aplicado, segue abaixo resultado das informações fornecidas pelas 06 (seis) empresas que se dispôs a estar respondendo ao questionário:

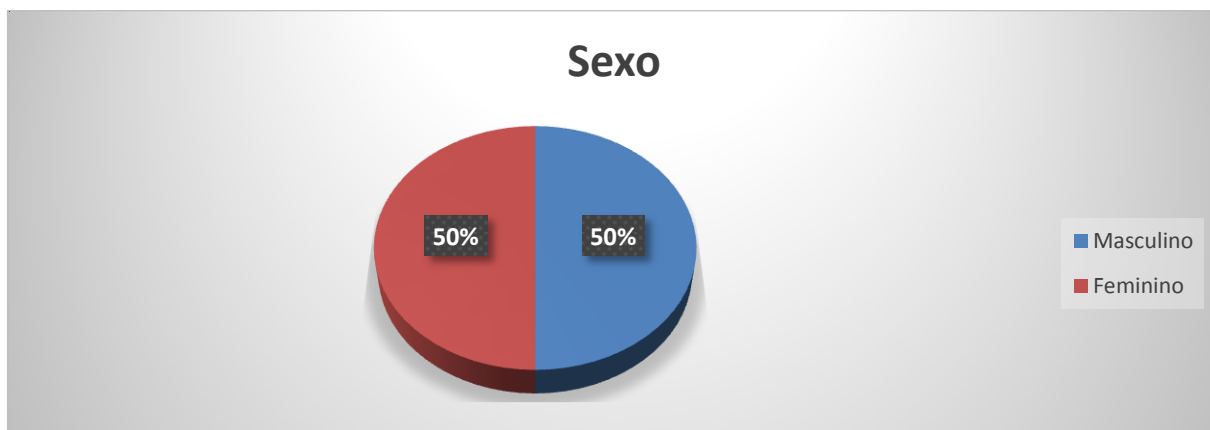


Gráfico 1: Sexo

Fonte: A Autora.

As respostas dos participantes da pesquisa revelam que os departamentos de maior responsabilidade nas empresas são administrados tanto por homens como por mulheres. Os dados da pesquisa indicam que 50% dos respondentes são homens e 50% são mulheres representantes destas empresas, demonstrando a inserção da mulher em cargos de chefia e liderança em várias organizações.

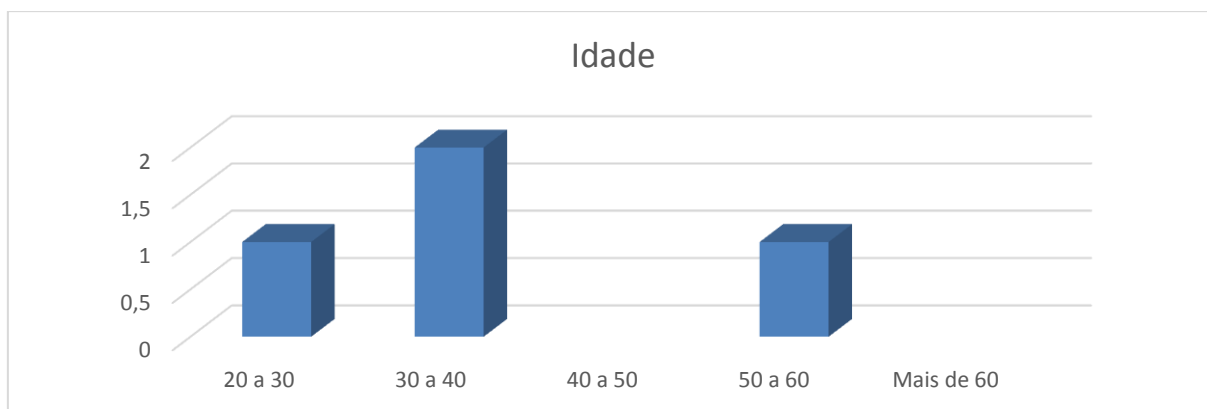


Gráfico 2: Idade

Fonte: A Autora.

Outro dado interessante demonstrado pela pesquisa, foi a de que a maioria dos gestores das empresas são muito jovens, com idade variando entre 20 a 40 anos, sendo que a faixa etária mais representativa neste quesito é a faixa entre 30 e 40 anos. Não perguntamos

aos respondentes sobre suas formações educacionais e, portanto, não há como afirmar que os gestores estão contratando pessoas com qualificação educacional, fazendo com que gestores estejam buscando pessoas com qualificação para assumirem postos de liderança e, com isto alcançarem resultados mais significativos em termos de qualidade e rentabilidade.

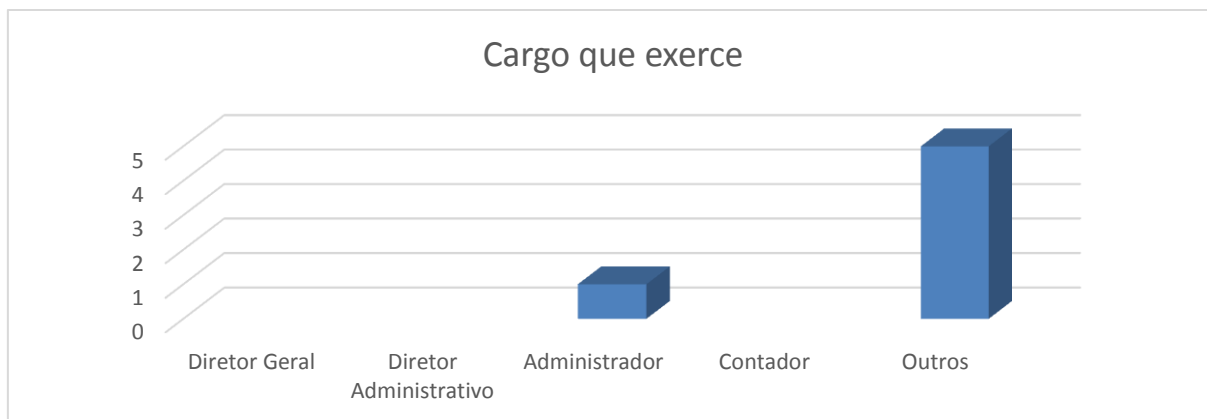


Gráfico 3: Cargo exercido pelos Participantes da Pesquisa

Fonte: A Autora.

Foi perguntado aos participantes desta pesquisa o cargo que exerciam dentro da organização e, as respostas que obtivemos foi que 01 dos respondentes exercia a função de administrador e os demais responderam outros cargos, onde foi deixado como uma resposta aberta se nenhuma das alternativas propostas na pergunta correspondesse ao cargo em que o responsável por responder o questionário estivesse enquadrado.

Os cargos exercidos por esses participantes são: supervisor, auxiliar de escritório, gerente de vendas, encarregado RH. Conforme as respostas obtidas, podemos afirmar que nenhum gestor ou Diretor geral participou da pesquisa, delegando esta tarefa a subordinados, fato este que poderá influenciar na análise de quesitos ligados ao tema deste trabalho.

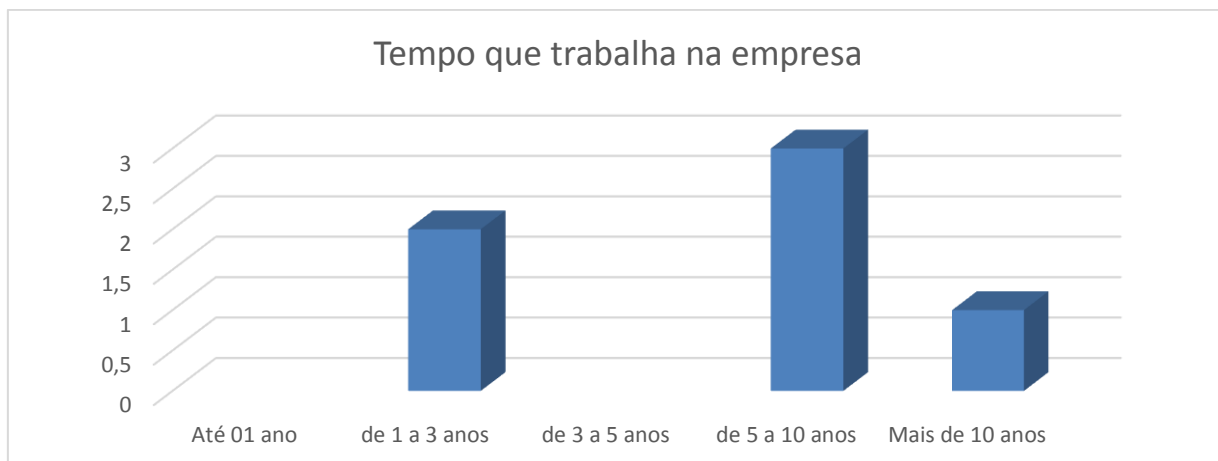


Gráfico 4: Tempo de exercício de sua atividade na empresa

Fonte: A Autora.

A pesquisa realizada mostra que 02 participantes estão exercendo seus cargos na empresa num tempo entre 01 a 03 anos, 03 participantes estão no exercício de suas atividades num período entre 05 a 10 anos e, somente 01, está no cargo a mais de 10 anos.

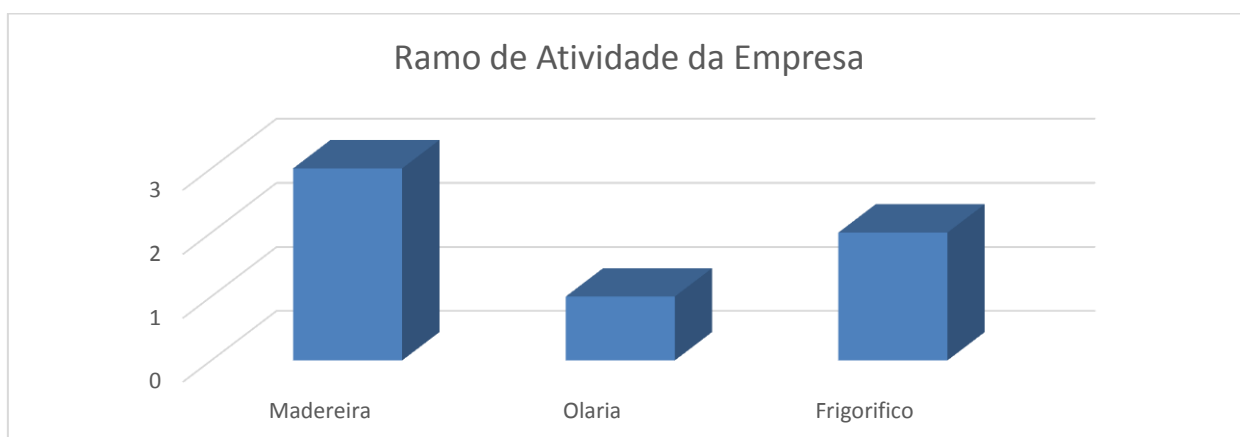


Gráfico 5: Ramo de Atividade da Empresa

Fonte: A Autora.

Este gráfico corresponde aos ramos de atividades selecionados para este trabalho, como já foi dito às empresas que foram selecionadas contém o ramo de atividades de Madeireiras, frigoríficos e Olarias, como mostra o gráfico 05 acima, as empresas com as quais se dispuseram a estar respondendo ao questionário, foram: (04) Madeireiras, (02) Frigoríficos e (03) Olarias.

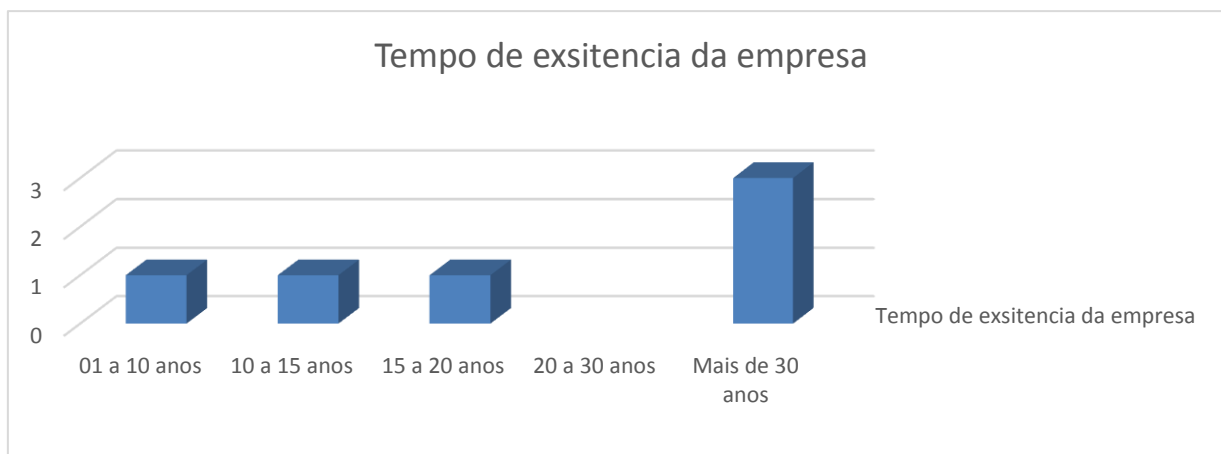


Gráfico 6: Tempo de existência da empresa

Fonte: A Autora.

As empresas participantes da pesquisa estão enquadradas nos seguintes ramos de atividades, sendo: 03 Madeireiras, 01 Olaria e 02 Frigoríficos e, todas as empresas estão muito tempo desenvolvendo suas atividades na região de Juína, sendo que três delas, já existem há mais de 30 anos, ou seja, são empresas que foram criadas desde o início da colonização da região e atuam até hoje no mercado com este ramo de atividade.

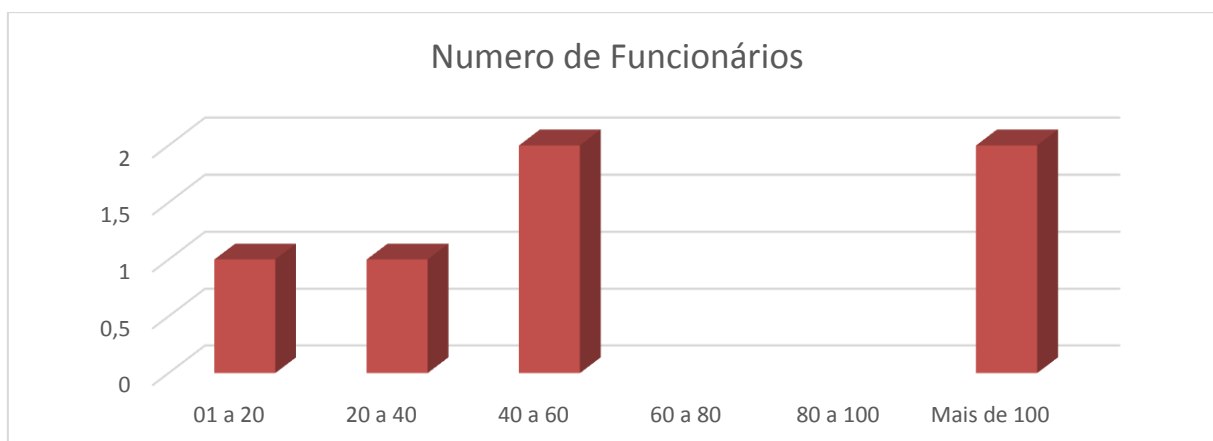


Gráfico 7: Número de Funcionários

Fonte: A Autora.

As empresas participantes da pesquisa são empresas que, embora tragam problemas nas questões ambientais, como: o desmatamento, a extração de madeiras causadas pelas madeireiras, pela extração de recursos naturais como exploração de argilas realizada pelas olarias e o volume de resíduos que provocam a contaminação da água e do solo superficiais e

subterrâneos gerados pelos frigoríficos, devido as suas atividades comerciais. Mas também contribuem para o desenvolvimento da região gerando muitos empregos diretos. Sendo que duas empresas geram entre 01 e 40 empregos diretos, enquanto que duas empresas geram até 60 empregos cada uma e, duas empresas geram mais de 100 vagas de trabalho cada uma delas.

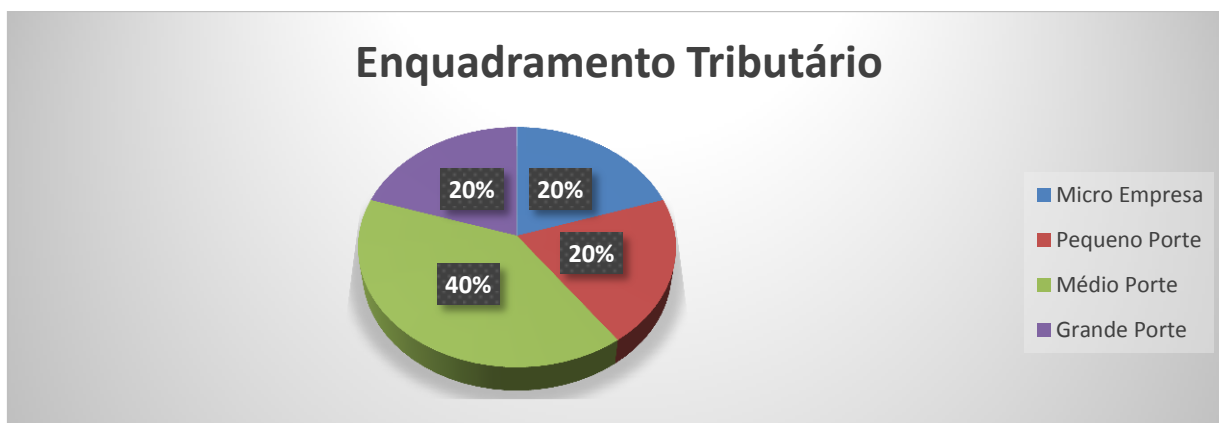


Gráfico 8: Enquadramento tributário

Fonte: A Autora.

Quanto ao tipo de enquadramento tributário, a maioria das empresas sendo 40% estão enquadradas como empresas de médio porte e, as demais, 20% são micro empresas, 20% empresas de pequeno porte e 20% empresas de grande porte. Esta informação vem a confirmar os dados obtidos no gráfico anterior, quando este nos mostrava que 02 empresas ofereciam mais de 100 vagas de trabalho.

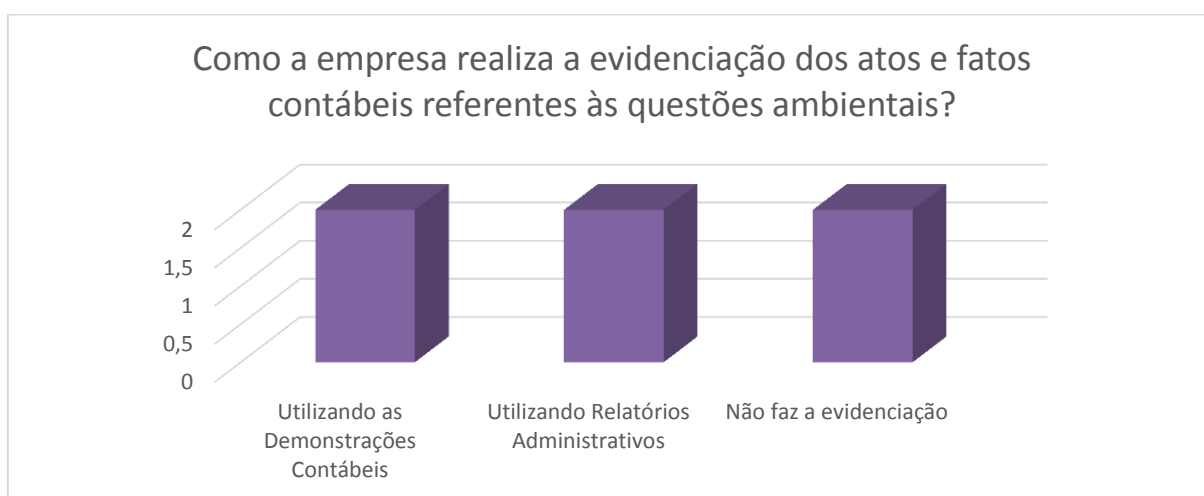


Gráfico 9: Realização da Evidenciação de atos e fatos contábeis

Fonte: A Autora.

Quanto a foram com qual cada empresa realiza a evidenciação dos atos e fatos contábeis referentes às questões ambientais e, os dados apresentados pelo gráfico acima, nos dizem que 02 empresas não realizam a evidenciação dos atos, e fatos ambientais em suas contabilidades, duas empresas informaram que utilizam os demonstrativos contábeis para realizarem a evidenciação dos fatos ambientais e, duas empresas informaram que utilizam relatórios administrativos.

As respostas oferecidas pelos participantes nos dizem que apenas duas empresas fazem à evidenciação utilizando a contabilidade, pois, duas responderam que não fazem e duas que utilizam os relatórios administrativos, que como possuem cunho gerencial, não necessariamente obedecem aos ditames da contabilidade.

As duas empresas que informaram não fazer a evidenciação, são empresas enquadradas como micro empresas, que por sua estrutura organizacional, não possuem a contabilidade própria e, sendo assim, sua contabilidade está voltada apenas para as questões fiscais obrigatórias, já que a própria legislação fiscal e tributária, não obriga a estas empresas a apresentarem balanços que comprovem seus dados, embora a Lei das sociedades Anônimas afirme esta necessidade.

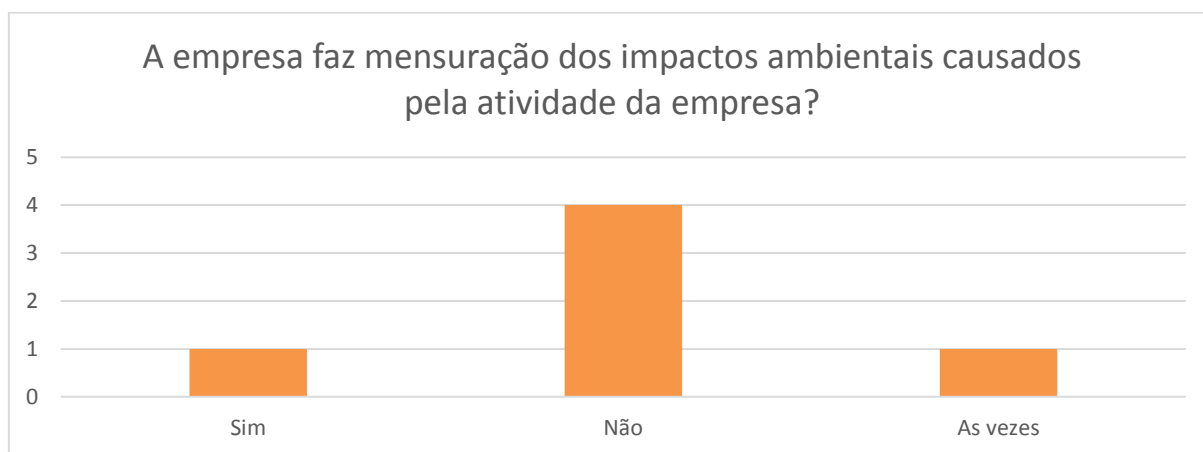


Gráfico 10: Mensuração dos Impactos Ambientais

Fonte: A Autora.

Com referência à mensuração dos impactos ambientais, os dados apresentados por este gráfico traz incoerências com os dados apresentados no gráfico 09. Os dados do gráfico anterior informaram que 02 empresas utilizavam a contabilidade para evidenciar os atos e

fatos ligados às questões ambientais. Duas que utilizavam os relatórios gerenciais e, duas que faziam a evidenciação.

Este gráfico nos mostra que apenas uma empresa realiza a mensuração dos impactos ambientais. Três empresas não realizam a mensuração e uma empresa às vezes. De acordo com as teorias descritas neste trabalho, a evidenciação é justamente a publicação dos dados mensurados dos impactos ambientais causados pelas empresas.

As incoerências estão justamente nestes fatos, se anteriormente duas empresas responderam realizar a evidenciação, neste gráfico deveria ser também duas empresas a mensurar estes impactos. Se anteriormente duas empresas informaram utilizar os demonstrativos gerenciais para evidenciar os fatos ambientais, não seria possível neste gráfico, três empresas informarem que não fazem a mensuração.

Como analisamos no gráfico 03, os questionários foram respondidos por funcionários que exercem funções diversas e não de gerência e, que isto poderia comprometer os resultados da pesquisa. É possível que estes funcionários nem tenham conhecimento do que seja mensuração ou evidenciação e, responderam de acordo com seus conhecimentos.

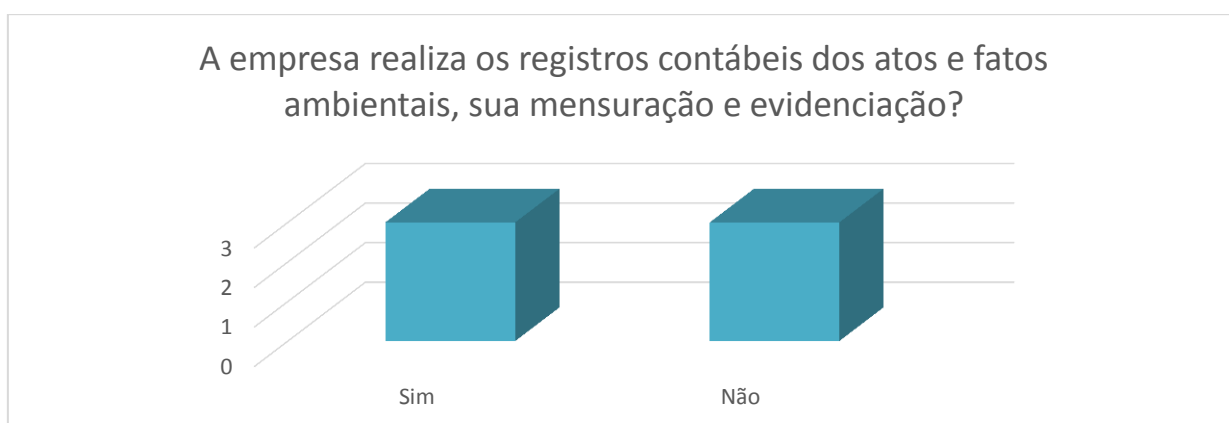


Gráfico 11: Registro Contábil dos Atos e Fatos Ambientais, Mensuração e Evidenciação.
Fonte: A Autora.

Ao elaborarmos a pesquisa, a intenção era que este questionamento, nos afirmasse o resultado obtido pelos dois gráficos anteriores. A confirmação das inconsistências obtidas nos gráficos 09 e 10, são confirmados pelos dados apresentados neste gráfico.

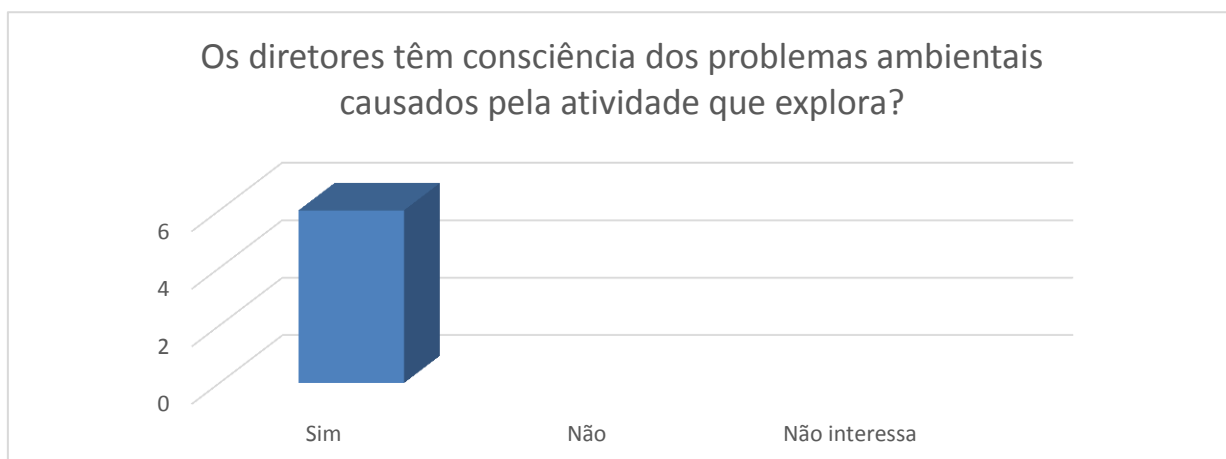


Gráfico 12: Consciência Ambiental

Fonte: A Autora.

Embora os três gráficos anteriores tenham revelado inconsistências nas respostas, o gráfico 12, revela a que todos os envolvidos com as empresas têm consciência dos problemas causados pela atividade da empresa ao meio ambiente. Isto embora não seja considerada como atenuante dos problemas que são causados pela atividade das empresas, a consciência que as pessoas têm do problema, pode ser um indicativo de que no futuro, os gestores pensem em investimento que visem à minimização dos danos causados ao meio ambiente, assim como, da preservação ambiental.

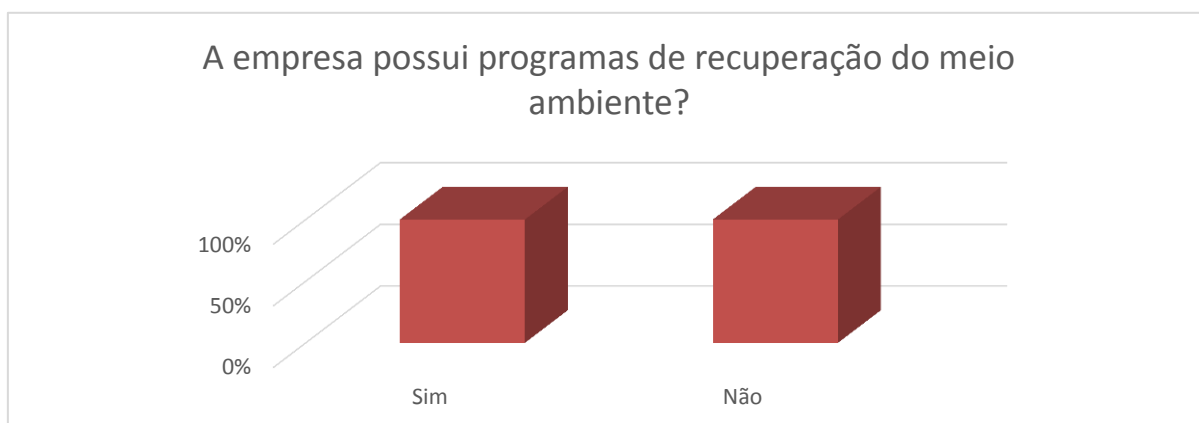


Gráfico 13: Programas de recuperação do meio ambiente.

Fonte: A Autora.

Quando questionamos sobre programas de recuperação do meio ambiente, 50% dos participantes da pesquisa responderam que sim, que possuem programas voltados para a

preservação do meio ambiente e 50% disseram que não. Se por um lado, isto seja uma atitude louvável dos gestores, por outro lado, revela novamente a incoerência das respostas.

É no mínimo incongruente, à empresa efetuar investimentos em programas de recuperação do meio ambiente e, não realizar a mensuração e a evidenciação destes fatos, como foi revelado em gráficos anteriores.

A implantação de programas de recuperação ambiental podem trazer grandes benefícios dentro das corporações. O programa de recuperação ambiental pode ajudar empresas à diminuir seus custos, despesas, gastos incorridos pela entidade com relação a recuperação meio ambiente, desta maneira tendo um aumento receitas destas entidades, ao qual apresentam de forma transparente a sua preocupação com o meio ambiente, gerando assim uma melhoria de imagem da entidade.

Auxiliando assim, os administradores sobre qual decisão devem ser tomados de forma em que vise apenas benefícios à empresa, mas também ao meio ambiente, onde os benefícios podem ser absolvidos pelas entidades, sociedade, e principalmente pelo meio ambiente mantendo assim sua preservação e proteção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos naturais oferecidos pelo meio ambiente são de suma importância para a sobrevivência da humanidade, nos dependemos destes recursos para nossas necessidades diárias, como o principal recurso natural que temos que é a água, sendo extremamente necessária como mantimento do ser humano, não somente para nós seres humanos mais como também para a continuidade de outras espécies como a fauna e a flora.

Como pode ser visto a ação do homem contra o meio ambiente sem pensar nos danos causados por si próprios, levou a se vivenciar todos estes problemas que estão acontecendo nos dias de hoje, como à escassez de água em determinados territórios, á perda de biodiversidades existentes no mundo todo, entre outros, fez com que o ser humano em determinado momento parasse para analisar sobre as suas ações diante problemas causados ao meio ambiente. Fazendo assim, com que governo e entidades que tenham ou não suas atividades ligadas à exploração de recursos naturais, apresentassem á ideia de preservação do meio ambiente, fazendo com que todos tivessem consciência sobre as suas ações e pensassem nas consequências que poderia se acarretar ao degradarem o meio ambiente.

Assim, diante da necessidade de criação de formas de preservação do meio ambiente, surgiram leis, que obrigam a estas empresas á realizarem investimentos que visem recuperar e proteger o meio ambiente. Por outro lado, a população, também passou a exigir das empresas ações e investimentos para a proteção de meio ambiente, passando assim estas empresas a serem pressionadas pelo mercado, de modo em que pessoas como forma de conscientização passou a apenas consumirem produtos com o qual apresentassem uma postura sustentável, fazendo com que diversas empresas corresse atrás de mudar determinadas atitudes em sua produção, apresentando em seus produtos termos de qualidade quanto à conservação, proteção do meio ambiente.

No entanto, não basta somente à empresa ter programas de investimentos em projetos de proteção e recuperação do meio ambiente. É necessário que as empresas mensurem os impactos dos danos que já foram causados e, que ainda irão causar, e que façam a evidenciação desta mensuração, além de divulgarem o que estão fazendo para recuperar ou proteger o meio ambiente. Observa-se que é de grande importância ser realizada á contabilidade ambiental dentro de uma instituição com a qual sua atividade tem ligação direta com o meio ambiente, sendo assim, uma ferramenta para estas empresas diante aos seus atos.

Em busca de respostas sobre a temática, o objetivo deste trabalho foi aplicar um questionário com a qual as informações podem ser vista no tópico, “análise do questionário”, onde foram apresentadas as informações fornecidas por estas entidades, de forma clara para um maior entendimento dos dados expostos.

Foi possível observar através da aplicação deste questionário, como as empresas estão realmente preocupadas com o meio ambiente. Constatou-se que das 09 empresas apenas 06 responderam ao questionário, demonstrando seriedade de apresentar informações relacionadas com a sua empresa e o meio ambiente. Podendo assim, ser visto pelas pessoas que não se dispuseram em fornecer dados relacionados à empresa e o meio ambiente, á falta de conhecimento por elas, desta maneira não respondendo ao questionário diante o tema exposto à contabilidade ambiental.

E possível afirmar que através desta pesquisa foi apresentado de forma clara a realidade vivida no município de Juína-MT, referente ao ano de 2015 ao qual foi realizado este trabalho. Sendo alvo desta pesquisa empresas pelo qual seu ramo de atividade contém ligação direta com o meio ambiente, que foram: Madeireiras, Frigoríficos e Olarias. De modo, que está pesquisa estava disposto a avaliar, como estás empresas realizam a evidenciação, mensuração e os registros contábeis diante aos atos e fatos gerados por estás empresas ao meio ambiente, perante a degradação exposta à natureza.

Na análise das informações é possível ver embora com limitações nos resultados, á partir do momento em que respondemos nosso problema de pesquisa que era “Como é feita a evidenciação, mensuração e os registros contábeis dos atos e fatos relacionados à questão ambientais, na cidade de Juína-MT?”.

Em resposta ao questionamento do trabalho, à pesquisa elaborada, aplicada e analisada, mostrou que na maioria das empresas, ainda não há ciência da necessidade de investimentos em projetos de recuperação e proteção que dizem respeito às questões de proteção e recuperação ambiental. Estão cientes sim, de que produzem danos ao meio ambiente, mas não procuram reverter está situação por elas apresentadas com relação ao meio ambiente.

A pesquisa revelou ainda que à maioria das empresas, que participaram da pesquisa, não realizam à evidenciação e mensuração dos danos provocados pelas suas atividades, onde pode ser visto pelas informações fornecidas pelas entidades pesquisadas, de modo, em que foi encontrada inconsistência nas informações apresentados pelos gráficos, onde empresas

apresentam realizar à evidenciação com relação às questões ambientais, mas este cenário muda logo após onde está mesma empresa apresenta a informação de que não realiza a mensuração sobre os impactos ambientais causados por ela. Demonstrando assim, que as pessoas com as quais forneceram estas informações não têm um domínio sobre o assunto proposto neste trabalho, encontrando deste modo a falta de conhecimento com relação à divulgação de informações da contabilidade ambiental.

Assim, ficando de forma clara e compreensiva que grande parte destas empresas foi prevista à falta de conhecimento e informação, sobre como devem ser evidenciado, mensurado e registrado os danos causados por estas entidades, a preocupação de se recuperar está área com a qual foi degradada.

Pode-se afirmar através dos resultados auferidos que os resultados foram negativos diante a realidade destas empresas, com relação as suas atividades e ao meio ambiente. Pois conforme ao que foi apresentado por este trabalho, como não somente na teoria mais na prática estas empresas deveriam de fato estar agindo. Sobre a obrigação de leis e exigência da sociedade, diante a realidade deste cenário que estamos vivenciando nos dias de hoje, com o qual deveria estar sendo refletido de forma diferente, onde estas empresas deveriam estar tendo como desígnio primordial a conservação, proteção e recuperação do meio ambiente que por suas atividades são atingidos simultaneamente.

Conforme a Lei nº 9.605/98 art. 6º PLANALTO, dispõem de forma clara as sanções penais e administrativas que serão acarretadas pelas entidades sobre a sua conduta diante as atividades lesivas ao meio ambiente. Quando não cumprimento da lei estas entidades obterá: multas, indenizações a serem pagas a vítima ou a entidade pública e privada, na lei nº 6.938/81 art.14º, dispõe sobre a suspensão das atividades ou de incentivos fiscais, prestação de serviços à comunidade, até mesmo pena de reclusão sob o responsável pelo dano ao meio ambiente, entre outras penalidades sancionadas por lei.

Desta forma, se estas entidades exercessem de forma correta como intitulado por lei sua obrigação diante ao meio ambiente, mostrando assim a sua real preocupação não somente em desenvolver suas atividades, mas também preocupado com o meio ambiente, promovendo assim, o interesse em outras empresas em realizar a preservação do meio ambiente.

Espera-se que novas pesquisas sejam realizadas, dando sequência a esta temática, podendo até mesmo ser criados projetos de conscientização para serem aplicadas a estas empresas e demais empresas com relação ao meio ambiente. Para que essas entidades possam

conter um alto conhecimento sobre a contabilidade ambiental, como devem agir diante aos danos causados por elas, refletindo sempre como principal desígnio a conservação, proteção e recuperação do meio ambiente.

Assim, deste modo podendo visualizar os benefícios que estas empresas podem ter realizando a evidenciação, mensuração e os registros contábeis com relação as suas atividades exercidas, obtendo uma diminuição de gastos gerados pela empresa, com relação aos danos causados, entre outros benefícios que podem ser alcançados pela empresa e ao meio ambiente. Assim, desta forma, auxiliando aos administradores, diretores em suas tomadas de decisões, onde devem estar prevenindo o futuro não somente da empresa, mas prevenindo principalmente o futuro do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Disponível em: <<http://www.agenda21empresarial.com.br/>> Acessado em: 14 Jun. 2015.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. Ed. São Paulo: atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro. São Paulo. Atlas: 2000.

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; Kaplan, Robert S.; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade Gerencial**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BENGAMINI JÚNIOR, Sebastiao. **Contabilidade do risco Ambiental**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1105.pdf>> Acesso em: 25 Abr. 2015.

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade**. 1. Ed. São Paulo: atlas, 2010.

BRASILFRONT. Disponível em: <http://brasilfront.xpg.uol.com.br> Acessado em: 31 out. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA. Disponível em: <<http://www.juina.mt.leg.br/institucional/historia/historia-de-juina/historia-do-municipio-de-juina>> Acessado em: 02 Set. 2015.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática**. 2ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3. Ed. São Paulo: atlas, 2007.

CEDBS- conselho empresarial Brasileiro Para o Desenvolvimento Sustentavel. Disponível em: <www.cebds.com.br> Acessado em: 28 Out. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. Ed.- São Paulo. Pearson Prentice hall, 2002.

CMV- COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. Disponível em:
<<http://www.cvm.gov.br/noticias/arquivos/2014/20141112-3.html>> Acessado em: 09 Jun. 2015.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: < <http://www.alerj.rj.gov.br>> Acessado em: 12 Maio 2015.

COOPAVAM- Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer. Disponível em: < <http://coopavam.org.br/historia/>> Acessado em: 31 Out. 2015.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental**: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: atlas, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico da Contabilidade de Custos**. 3. Ed. São Paulo: atlas, 2004.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na empresa**. 2. Ed. São Paulo: atlas, 1999.

FAHL, Alessandra Cristina.; MARION, José Carlos. **Contabilidade Financeira**. Valinhos: Anhanguera Publicações. 2011.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente: um enfoque de sistema de informações**. 1998.

_____. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: atlas, 2003.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza; SIQUEIRA, Jose Ricardo Maia de.; GOMES, Mônica Zaida. **Contabilidade ambiental e relatórios Sociais**. São Paulo: atlas, 2009.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Comercial**. 13. Ed. São Paulo: atlas, 1991.

GARCIA, Regis. **Contabilidade social e ambiental**. São Paulo: Pearson editora, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: atlas, 1999.

GOLDEMBERG, J; VILLANUEVA, L. D. **Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento**. Edusp. São Paulo, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 5. Ed. São Paulo: atlas, 1999.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> Acessado em: 02 Set. 2015.

IBRACON - (instituto Brasileiro de Contadores). **Temas contábeis em destaque**. São Paulo: atlas, 2000.

INSTITUTO BRASIL PNUMA. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br>> Acessado em: 08 Jun. 2015.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: atlas, 1993.

_____. **Contabilidade Gerencial**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Teoria da contabilidade**. 8. Ed. São Paulo: atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio de.; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 7. Ed. São Paulo: atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de.; MARION, Jose Carlos.; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: para o nível de graduação. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JUINAAGORA. Disponível em: <http://www.juinaagora.com.br/noticias_ver.php?id=257&ed=5> Acessado em: 31 Out. 2015.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática, contem aplicação pratica dos principais dispositivos da Lei Responsabilidade Fiscal. 10. Ed. São Paulo: atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: atlas, 2011.

LEONE, George Sebastiao Guerra. **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**. 3. Ed. São Paulo: atlas, 2000.

LEONE, George S. G.; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**. 4. Ed. São Paulo: atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. - 7. Ed. – São Paulo: atlas, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. Ed. São Paulo: atlas, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- **Licenciamento Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acessado em: 19 Ago. 2015.

MONTORO FILHO, André Franco. **Contabilidade Social: Uma introdução à macroeconomia**. 2. Ed. São Paulo: atlas, 1994.

MOTTA, Ronaldo Serôa da.; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Sistemas de contas ambientais. In: Motta. Ronaldo Serôa da (org.). **Contabilidade: teoria, metodologia e estudos de casos no Brasil**. IPEA, 1995.

MTAQUI- Disponível em: <<http://www.mtaquionline.com.br/artigos/2013/01/19/ju%C3%ADna-e-o-cerco-ind%C3%ADgena-e-ambiental>> Acessado em 31 Out. 2015.

ONU- Organização das Nações Unidas. **Divisão para o desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**. Contabilidade da gestão ambiental- procedimentos e princípios. Nova Iorque- 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/publications/emaportuguese.pdf>> Acessado em: 28 Out. 2015.

PADOVEZE, Clódis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. 1. Ed. São Paulo: atlas, 2006.

PLANALTO. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/1998#content>> Acessado em: 09 jun. 2015.

PORTAL DA CONTABILIDADE. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br>> Acessado em: 14 Jun. 2015.

PORTAL NACIONAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Disponível em:
<<http://pnla.mma.gov.br>> Acessado em: 19 Ago. 2015.

PREFEITURA DE JUÍNA-MT. Disponível em: <<http://www.juina.mt.gov.br>> Acessado em: 02 Set. 2015.

RESOLUÇÃO CONAMA- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>> Acessado em: 18 Ago. 2015.

REVISTA EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame>> Acessado em: 12 Maio 2015.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e meio ambiente**. 1992.

_____. **Contabilidade Ambiental**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza; GRATÃO, Ângela Denise. **Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis**. Trabalho apresentado no VII Congresso Internacional de Custos, Recife – PE- 2000.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia de trabalho científico**. 23. Ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade Ambiental**. Curitiba: Juruá, 2009.

SIMNO- SINDICADO DAS INDÚSTRIAS MADEIREIRAS E MOVELEIRAS DO NOROESTE DO MATO GROSSO. Disponível em: <<http://www.simno.com.br/Empresas>> Acessado em: 25 Ago. 2015.

SISTEMAS CVM - ANTEPROJETO DE REFORMULAÇÃO DA LEI Nº 6.404/76. Disponível em: <<http://sistemas.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp>> Acessado em: 15 Ago. 2015.

STICKNEY, Clyde P; WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira: Uma Introdução aos Conceitos, Métodos e usos**. 1. Ed. São Paulo: atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: atlas, 2004.

_____. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>> Acessado em: 02 Set. 2015.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade Gerencial**. 6. Ed. São Paulo: Thomson, 2006.

APÊNDICE A- Questionário



AJES – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO VALE DO JURUENA

CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A presente pesquisa tem como objetivo analisar empresas que tenham suas atividades vinculadas com o meio ambiente, buscando verificar como estas efetuam a evidenciação, mensuração e registros contábeis dos danos ambientais, seus custos e projetos de proteção e conservação ao meio ambiente. A pesquisa será realizada pela acadêmica Dhienifer Tharla de Oliveira, orientada pelo Professor Me. Wilson Antunes de Amorim, para fins TCC- Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Faculdade Ajes- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Vale do Juruena, com o qual o tema refere-se “Contabilidade Ambiental: Evidenciação, Mensuração e Registros Contábeis”.

1. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino	2. Idade: _____ anos
3. Cargo exercido: ☐ Diretor Geral ☐ Diretor Administrativo ☐ Administrador ☐ Contador ☐ Outros: _____	4. Tempo de empresa: ☐ até 1 ano ☐ de 1 à 3 anos ☐ de 3 à 5 anos ☐ de 5 à 10 anos ☐ + de 10 anos
5. Ramo de atividade da empresa: ☐ Madeireira ☐ Olaria ☐ Frigorífico	6. Tempo de existência da empresa: ☐ 1 à 10 anos ☐ 10 a 15 anos ☐ 15 à 20 anos ☐ 20 à 30 anos ☐ + de 30 anos

7. N° de Funcionários: () 1 – 20 () 20 – 40 () 40 – 60 () 60 – 80 () 80 – 100 () + 100	8. Enquadramento tributário: () Micro Empresa () Empresa de Pequeno Porte () Empresa Médio Porte () Empresa de Grande Porte
9. Como a empresa realiza a evidenciação dos atos e fatos contábeis referentes às questões ambientais? () Utilizando as demonstrações contábeis () Utilizando relatórios administrativos () Não faz a evidenciação	10. A empresa faz mensuração dos impactos ambientais causados pela atividade da empresa? () Sim () Não () Às vezes
11. Caso tenha respondido “sim” ou “às vezes” na pergunta 10, indique como e feito à mensuração dos impactos ambientais? () Utiliza cálculos específicos () Faz de forma empírica () Utiliza de empresa profissional para elaboração do calculo. Qual empresa? _____ () Outros: _____ _____	12. A empresa realiza os registros contábeis dos atos e fatos ambientais, sua mensuração e evidenciação? () Sim () Não () Quando e necessário por exigência governamental.
13. Os diretores tem consciência dos problemas ambientais causados pela atividade que explora? () Sim () Não () Não interessa.	14. A empresa possui programas de recuperação do meio ambiente? () Sim () Não () Quais? _____ _____ _____
15. Existe planejamento de empresa, um percentual das receitas ou lucros, destinados à conservação e preservação do meio ambiente? () Sim () Não Qual percentual? _____	16. Existe planejamento de empresa, um percentual das receitas ou lucros, destinados à recuperação do meio ambiente? () Sim () Não Qual percentual? _____
17. Se a resposta anterior do item 15 ou 16 for sim, este percentual e destinada à conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e realmente investido? () Sim () Não	18. Se a resposta do item 15 ou 16 for não, porque não existe este planejamento? _____ _____ _____